



RAU+E

EM CAMPO

v. 01 | 2022

Revista da 4ª Edição da Residência em Arquitetura,
Urbanismo e Engenharia (RAU+E) [2020-2022]

ISSN 2965-0402 | e-ISSN 2965-1492



UFBA



FAUFBA



PROEXT

RAU+E EM CAMPO

v. 01 | 2022 – Revista da 4ª Edição da RAU+E
ISSN 2965-0402 | e-ISSN 2965-1492

FICHA TÉCNICA DESTE VOLUME:

MENTORA RAU+E

Angela Maria Gordilho Souza

DIRETORIA FAUFBA

Sergio Kopinski Ekerman

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Heliana Faria Mettig Rocha

EQUIPE EDITORIAL

Carolina Correia Queiroz
Ida Matilde Pela
Liliane de Araújo Silva Hobeica
Maria Teresa Gomes do Espírito Santo

REVISÃO

Adib Hobeica
Liliane de Araújo Silva Hobeica

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN

Adriane Karolina Conceição dos Santos
Camila Costa Mamona

FOTOGRAFIAS E IMAGENS

Acervo RAU+E/UFBA



Heliana Faria Mettig Rocha
(Coordenação Editorial)

RAU+E

EM CAMPO

v. 01 | 2022

Salvador
FAUFBA



Esta publicação foi financiada por recursos do Edital PAEXDoc 2022 da PROEXT/UFBA, com apoio do grupo de pesquisa LabHabitar – Laboratório de Habitação e Cidade (PPGAU/UFBA).

Os conteúdos dos resumos expandidos e das imagens neles publicadas são de responsabilidade dos autores.

Editada em dezembro de 2022
Publicada em março de 2023

Disponível também em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/RAUC>>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca da Faculdade de Arquitetura (BIB/FAU)

R239

RAU+E em Campo [recurso eletrônico] / Residência em Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA) - Vol. 1 (2022)- Salvador: FAUFBA, 2023 - v. : il. ; 30 cm.

Bianual.
ISSN (impresso) 2965-0402
ISSN (eletrônico) 2965-1492

1. Habitação - Assistência técnica. 2. Arquitetos e construtores - Formação. 3. Extensão universitária. I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura.

CDU: 332.82:347.254

Responsável técnico: Ramon Davi Santana - CRB/5-1972

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UFBA (FAUFBA)
Rua Caetano Moura, 121, Federação
Salvador-BA Brasil CEP: 40.210-905
Tel/fax: (71) 3283-5883
www.residencia-aue.ufba.br
residencia-aue@ufba.br

SUMÁRIO

- 4 QUEM SOMOS
- 5 APRESENTAÇÃO
- 6 EDITORIAL
- 7 BREVE HISTÓRICO
- 8 LINHA DO TEMPO

TEMÁTICAS

- 12 MATRIZ
- 18 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
- 20 MOBILIZA RAU+E
- 22 CICLO DE DEBATES

PROJETOS

- 26 QUILOMBO GUERREIRA DANDARA
Carmélia Clough, Juliana Hermsdorf, Keylane Dias e Victor Ferreira
- 30 ILHA DAS COBRAS
Nicholas Abdalla
- 34 CONJUNTO JOSÉ MONTEIRO SOBRAL
Ana Cláudia Andrade e Ueslei dos Santos Souza
- 38 OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA
Janaína de Brito e Mariana Oliveira
- 42 QUILOMBO QUINGOMA
Diana Matos, Luis Guilherme Pires e Thaise Machado
- 46 GAMBOA DE BAIXO
Allyneanhy Gade Oliveira e Gabriel Santana
- 50 CORREDOR DAS TROPAS
Flávia Galbiatti, Luiza Fagundes e Rodolfo Ribeiro
- 54 CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR
Kaíc Fernando Lopes e Ramone Laíse Brandão

DESTAQUES

- 60 EVENTOS
- 61 PRÊMIOS
- 62 RELATOS
- 64 DESDOBRAMENTOS



QUEM SOMOS

COORDENAÇÃO

Heliana Faria Mettig Rocha
Elisamara de Oliveira Emiliano

COLEGIADO

PROFESSORES

Angela Maria Gordilho Souza
Carlos Alberto Andrade Bomfim
Daniel Marostegan e Carneiro
Ida Matilde Pela
João Maurício Santana Ramos
Juan Pedro Moreno Delgado
Leonardo Prazeres Veloso de Souza
Sergio Kopinski Ekerman
Thais Troncon Rosa

REPRESENTANTES ESTUDANTIS

Carmélia Carilo Clough
Luiza Maia Fagundes

TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Luis Emanuel Moutinho Acácio

CORPO DOCENTE

PROFESSORES PERMANENTES

Akemi Tahara
Angela Maria Gordilho Souza
Ariadne Moraes Silva
Carlos Alberto Andrade Bomfim
Daniel Marostegan e Carneiro
Eduardo Teixeira de Carvalho
Emerson Andrade Sales
Fábio Macedo Velame
Gabriela Leandro Pereira
Heliana Faria Mettig Rocha
Ícaro Vilaça Nunesmaia Cerqueira
Ida Matilde Pela
João Maurício Santana Ramos
Juan Pedro Moreno Delgado
Leandro de Souza Cruz
Luiz Roberto Santos Moraes
Maria Aruane Santos Garzedin
Maria das Graças B. Gondim dos S. Pereira
Maria Lúcia Araújo Mendes de Carvalho
Maria Suzana Moura
Naia Alban Suarez
Sergio Kopinski Ekerman
Tereza Maria Moura Freire
Thais Troncon Rosa

PROFESSORES COLABORADORES COM VÍNCULO UFBA

Catherine Prost
Elisamara de Oliveira Emiliano
Gloria Cecília Figueiredo
José Ferreira Nobre Neto
Leonardo Prazeres Veloso de Souza
Mayara Mychella Sena Araújo
Nayara Cristina Rosa Amorim

PROFESSORES COLABORADORES SEM VÍNCULO UFBA

Aparecida Netto Teixeira
Edgar Porto Ramos
Francine Ferman Bezerra Cavalcanti
Laila Nazem Mourad
Larissa Scarano Pereira Matos da Silva

Leonardo Fiusa Wanderley
Liana Silvia de Viveiros e Oliveira
Luana Figueiredo de Carvalho e Oliveira
Maria Alice Pereira da Silva
Maria Angela Cardoso
Maria Teresa Gomes do Espírito Santo
Paula Adelaide Mattos Santos Moreira
Wagner Moreira Campos

PROFESSORES NUCLEADOS

André de Oliveira Torres Carrasco (UFPel)
Amélia Panet Barros (UFPB)
Elisabetta Romano (UFPB)
Lisandra Fachinello Krebs (UFPel)
Liza Maria Souza de Andrade (UnB)
Luis Renato Bezerra Pequeno (UFC)
Nirce Saffer Medvedovski (UFPel)

PROFESSORES VISITANTES

Christina Schade
Márcio da Costa Pereira (UFS)

COMUNIDADES

Centro Histórico de Salvador
Conjunto José Monteiro Sobral
Corredor das Tropas
Gamboa de Baixo
Ilha das Cobras
Ocupação Carlos Marighella
Quilombo Guerreira Dandara
Quilombo Quingoma

RESIDENTES CONCLUINTES

Allyneanhy Alves Oliveira
Ana Cláudia Aragão de Carvalho Andrade
Carmelia Nunes Clough
Diana Matos da Silva Dias
Flávia Pagnoncelli Galbiatti
Gabriel Santos Santana
Janaina Carneiro Americano de Brito
Juliana Oliveira Hermsdorf
Kaic Fernando Ferreira Lopes
Keylane Dias Santos Almeida
Luís Guilherme Cruz Pires
Luiza Maia Fagundes
Mariana Oliveira Ribeiro
Nicholas Leite Abdalla
Ramone Laíse Araújo Brandão
Rodolfo Barbosa Ribeiro
Thaise Machado
Ueslei dos Santos Souza
Victor Ribeiro Ferreira

TIROCÍNIO DOCENTE

Carolina Correia Queiroz
Juliana Linhares

BOLSISTAS DE EXTENSÃO

Guiovan Clementino de Oliveira
Karol Ribeiro dos Santos
Salette Madalena Souza

BOLSISTAS DE PESQUISA

Elenaldo Torres do Nascimento
Isis Pitanga de Sousa



APRESENTAÇÃO

E se criássemos uma Residência em Arquitetura e Urbanismo à semelhança da Residência Médica, que atuasse em toda a cidade de Salvador e seu entorno, e que se estendesse por outras cidades do Brasil? Como projetos de ATHIS podem ativar uma rede de apoio a territórios periféricos? Como vazios urbanos podem se tornar habitáveis? Como ocupações precárias podem se tornar bairros consolidados com maior qualidade de vida para seus moradores? Tais foram as principais inquietações que estiveram na base da criação do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em 2011. Este primeiro volume da revista *RAU+E em Campo* apresenta os trabalhos finais elaborados pelos residentes da 4ª edição do curso. Entre março de 2020 e junho de 2022, 20 estudantes de sete cidades brasileiras exploraram possibilidades de desenvolvimento de projetos de assistência e assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo. Na trilha das mais recentes iniciativas de planejamento e em diálogo com movimentos sociais, moradores locais, especialistas e gestores municipais, os residentes elaboraram os nove projetos apresentados nesta publicação. Em pleno período da pandemia da COVID-19 e com a necessidade de isolamento social, estes projetos desafiadores buscam melhorias efetivas nos territórios e comunidades envolvidos. Desfrute a leitura!

Angela Maria Gordilho Souza

Idealizadora e proponente da RAU+E/UFBA

Sergio Kopinski Ekerman

Diretor da FAUFBA

EDITORIAL

Esta publicação visa a difusão das atividades de extensão universitária na pós-graduação, desenvolvidas durante o Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, na implantação da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (RAU+E/UFBA). Pretende promover a articulação da universidade com a sociedade, atuando como um espaço de debates sobre a formação e a prática da assistência e assessoria técnica em habitação e direito à cidade. Procura também favorecer a ampliação dos campos de atuação profissional em Arquitetura, Urbanismo e áreas afins, visibilizando iniciativas que promovem seu papel social.

A 4ª edição do curso aconteceu entre 2020 e 2022, período marcado pela pandemia da COVID-19. A necessidade do isolamento social, de acordo com as autoridades governamentais e as determinações da UFBA, significou a realização do curso excepcionalmente em caráter remoto. Tal situação foi permeada de desafios, mas também suscitou adaptações que viabilizaram a realização das disciplinas e do trabalho de campo junto às comunidades e territórios. O conteúdo desta publicação destaca estes aspectos, as temáticas desenvolvidas ao longo do curso e as práticas pedagógicas inovadoras que ocorreram nesta edição, como as iniciativas do Mobiliza RAU+E e do Ciclo de Debates.

Os territórios envolvidos nesta edição foram bastante diversificados: áreas em zonas especiais de interesse social (ZEIS), comunidades tradicionais quilombolas, conjuntos habitacionais, bairros consolidados, ocupações recentes e cento histórico. Estes localizam-se em Salvador, Lauro de Freitas e São Paulo, bem como, nas cidades com Nucleações da RAU+E: Pelotas-RS (UFPel), Laranjeiras-SE (UFS) e Fortaleza-CE (UFC).

A revista apresenta alguns destaques da 4ª edição, tais como os principais eventos realizados e as premiações recebidas pelo Curso neste período. Contém ainda uma série de relatos dos atores envolvidos – comunidades, residentes e professores –, ressaltando lições aprendidas e desdobramentos relevantes. É uma semente para que as próximas edições possam dar continuidade à visibilidade dos projetos, inspirando políticas que viabilizem a ATHIS de forma ampla.

Heliana Faria Mettig Rocha

Coordenadora da 4ª edição da RAU+E/UFBA e professora permanente, tendo colaborado na implantação das três primeiras edições.



PRINCÍPIOS E VALORES

- Conhecimento coletivo das características da comunidade e do ambiente local;
- Teoria e prática em um processo participativo para definição de projeto;
- Dimensão interdisciplinar para educação popular e cidadania;
- Participação da comunidade na definição de prioridades para projetos, possibilitando processo coletivo de discussões e mediação de propostas;
- Identificação de demandas mediante a interação com líderes, grupos e valorização de propostas coletivas;
- Habitação entendida além da unidade habitacional, ampliando a visão pelo direito à cidade;
- Melhoria dos espaços públicos para a conquista de melhor moradia;
- Melhoria da habitação para melhores condições de habitabilidade;
- Concepção de projetos considerando aspectos sociais, culturais, éticos, estéticos e ambientais;
- Propostas com tecnologias apropriadas às realidades locais;
- Inclusão de demandas para melhorias habitacionais, espaços públicos, mobilidade, paisagismo, infraestrutura e inserção social de interesse coletivo;
- Potencialização e preservação cultural, ambiental, segurança e sustentabilidade;
- Consideração de referências simbólicas, memória, cultura e inserção urbana;
- Definição de projetos com múltiplos aprendizados, troca de conhecimento e técnicas adequadas considerando a participação da comunidade;
- Desenvolvimento de metodologias abertas de trabalho comunitário e oficinas considerando os diversos grupos, trazendo memórias e definindo melhorias apropriadas, legitimando as conquistas de tecnologias criativas, sustentáveis e inclusivas;
- Aproximação com as escolas locais, despertando a juventude para a educação ambiental, direitos e deveres urbanos e o senso de engajamentos nos processos de transformação local;
- Autogestão e co-gestão, salvaguardando a transparência, a equidade e a eficácia das decisões, ações e intenções.

BREVE HISTÓRICO

As universidades públicas têm um papel crucial de resistência na preservação de sua autonomia e responsabilidade social. Tal qualidade é fundamental para ampliar as possibilidades de independência e pluralidade na produção científica, inovação, experimentação e capacitação técnica, valorizando a reflexão crítica e os processos interativos com a sociedade. A atuação extensionista em Arquitetura e Urbanismo tem uma natureza transversal e vincula-se a várias áreas de conhecimento, envolvendo o espaço físico habitado, territórios e os ambientes construído e natural.

Diante da complexidade da realidade nas cidades brasileiras e das demandas urgentes na melhoria do ambiente construído, há muito o que se aprender com o cotidiano dos lugares e moradores para uma verdadeira ação interativa de propostas coletivas. As experiências recentes de práticas extensionistas e a implementação de residências acadêmicas na pós-graduação nesta área de atuação têm esse potencial.

A proposta pioneira para implantação de um núcleo de RAU+E/UFBA foi viabilizada em 2011, com a aprovação do curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade, pela Pró-Reitoria de Extensão da UFBA. A iniciativa foi idealizada no âmbito do LabHabitar e implantada na Faculdade de Arquitetura da UFBA, com apoio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e da Escola Politécnica da instituição, como curso de pós-graduação lato sensu, gratuito e bianual, para 25 vagas. Foi implementada em três edições experimentais (2013-2014, 2015-2016, 2017-2018), com a participação de 73 residentes, 54 docentes e 25 comunidades, desenvolvendo processos interativos e nucleações em outras universidades brasileiras. Na 4ª edição (2020-2022), tornou-se um curso permanente.

Baseada na Lei Federal ATHIS nº 11.888/2008, a proposta foi inspirada na residência médica, diferenciando-se da prestação de serviços, ao promover nas atividades de ensino-pesquisa-extensão a interlocução com as comunidades envolvidas, na elaboração de projetos em processos de aprendizagem coletiva.

Angela Maria Gordilho Souza

Professora proponente da RAU+E/UFBA, em 2011, coordenadora da implantação das três primeiras edições e da transição para curso permanente, em 2019.

Reestabelecimento da Democracia, Constituição Federal

Aprovação da Residência AU+E em todas as instâncias da UFBA

2ª Edição RAU+E
6 comunidades
23 projetos
Nucleação UFPB

4ª Edição RAU+E

9 comunidades
Nucleações UnB, UFPel, UFC, UFRN e UFS

Bancas de defesa pública dos 9 trabalhos finais

20 residentes concluintes

Editoração do 1º volume da revista RAU+E em Campo

Promulgação do Estatuto da Cidade



Seminário de Avaliação RAU+E
Transformação em pós-graduação *lato sensu* de caráter permanente

Pandemia da COVID-19
Lançamento do 1º vídeo institucional da RAU+E

Mobiliza RAU+E

1988

2001

2011

2015

2019

2021

2023

1993

2008

2013

2017

2020

2022



Criação do LabHabitar, PPGAU/UFBA

Aprovação da Lei Federal nº 11.888 de Assistência Técnica Pública e Gratuita

1ª Edição RAU+E
8 comunidades
20 projetos
Nucleação UFPB

3ª Edição RAU+E
11 comunidades
30 projetos
Nucleações UnB, UFPel e parceria UFC

Curso remoto (excepcionalmente)
Ciclo de Debates RAU+E

5ª Edição RAU+E



TEMÁTICAS

MATRIZ

POLÍTICAS URBANAS E DIREITO À CIDADE
PROJETOS DE URBANIZAÇÃO
PLANEJAMENTO E PROJETO
METODOLOGIAS E TÉCNICAS
SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

MOBILIZA RAU+E

CICLO DE DEBATES





PRODUÇÃO DO ESPAÇO, POLÍTICAS URBANAS E DIREITO À CIDADE

RESUMO

A disciplina introduziu discussões teóricas e práticas que envolveram temas relacionados à produção do espaço habitado, ao direito à cidade, às relações de poder e aos movimentos de apropriação social do espaço. Em especial, discutiu o papel das políticas inclusivas e dos sujeitos sociais nas possibilidades de autogestão, assessoria e assistência técnica. O objetivo geral foi desenvolver leituras críticas sobre a produção coletiva do espaço urbano, relações nos processos de apropriações do espaço e conquistas por cidades melhores e mais justas.



Fonte: Nilton Souza (2009)

Dividida em dois módulos, a disciplina foi realizada em nove encontros online. Para isso, foi utilizado um mural virtual que agregou os temas trabalhados e as atividades desenvolvidas. A discussão foi apoiada pela bibliografia indicada, por aulas expositivas, imagens e vídeos selecionados a cada sessão. Por exemplo, foram incluídos a aula inaugural da Profa. Ermínia Maricato no curso ATAU+E, uma nucleação da RAU+E na UFPB, uma entrevista com Henri Lefebvre de 1972, e o documentário “Elas pelo direito à cidade – ATHIS sob o ponto de vista do movimento popular”.

MÓDULO 1: PRODUÇÃO DO ESPAÇO, POLÍTICAS URBANAS E DIREITO À CIDADE

Para embasar os processos de produção do espaço urbano e as políticas públicas em habitação social no Brasil e no âmbito da globalização atual, buscou-se contextualizar historicamente essa discussão, fazendo o recorte desde a Constituição Brasileira de 1988 até o Estatuto da Cidade de 2001. Abordou-se as perspectivas adotadas em

prol do direito à cidade e as conquistas relacionadas a políticas inclusivas de acesso à terra urbanizada, moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer. Dessa forma, introduziram-se atravessamentos provocados pelas relações de poder e apropriações do espaço – tentando-se enfatizar a centralidade da questão racial e de gênero no contexto brasileiro – e processos urbanos, tais como urbanização, metropolização, descentralização e esvaziamentos de áreas centrais, com destaque para a importância das construções coletivas e dos movimentos sociais.

MÓDULO 2: AGENTES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO E INSTRUMENTOS DO DIREITO URBANÍSTICO E AMBIENTAL

Com foco na análise dos agentes da produção do espaço urbano nas cidades brasileiras e nos instrumentos de políticas urbanas e ambientais nas legislações vigentes, buscou-se entender tais processos sob o prisma das instâncias de estado, agências de fomento e instrumentos de planejamento. Abordando diferentes perspectivas da assistência técnica pelo direito à cidade, explorou-se os planos setoriais nas políticas urbanas e as possibilidades de integração entre as dimensões social e ambiental nos processos de ATHIS, autogestão, regularização fundiária e atuação em áreas de ZEIS.

RESULTADOS

O trabalho final dos residentes, em grupos, foi apresentado nos formatos de resenha crítica, artigo, ou vídeo com cerca de 10 minutos. O objetivo foi que os produtos finais pudessem ser aproveitados nos trabalhos de assistência técnica a serem desenvolvidos por cada residente, ou enviados para apresentação em eventos da área.

PROFESSORAS RESPONSÁVEIS:
Angela Maria Gordilho Souza e Maria Teresa do Espírito Santo (Módulo 1);
Thaís Troncon Rosa (Módulo 2)

PROFESSORES CONVIDADOS:
Fábio Velame e Gabriela Leandro

PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

RESUMO

Esta disciplina objetivou ampliar o conhecimento e a capacidade crítica, inventiva e projetual relacionados a tecnologias ambientais, sociais e digitais apropriadas para projetos de urbanização, infraestrutura e meio ambiente. Foram abordadas técnicas, metodologias e legislações para a gestão do processo projetual e o desenvolvimento de projetos de urbanização em ocupações informais, com foco na produção de habitação de interesse social e vilas agrícolas. Desta forma, enfatizou-se a definição, o dimensionamento e a implantação de redes de infraestrutura e a preservação do meio ambiente. Foram abordadas questões de sustentabilidade, adequação morfológica, prevenção de riscos e de poluição, e tecnologias limpas e alternativas, levando-se em conta análises de custo-benefício e princípios do desenvolvimento de baixo impacto.



Fonte: Diário do Nordeste (2017)

Foram também analisadas novas tecnologias para a gestão e coordenação de projetos, orçamento e planejamento. Abordou-se ainda soluções que preservam a integridade ambiental, associadas a condições adequadas de habitabilidade e uso do solo, e baixo custo energético e/ou construtivo. Por meio de dinâmicas em grupos e debates entre professores e residentes, os encontros ocorreram de modo virtual, através de plataformas colaborativas e canais de comunicação coletiva, contando com o suporte de leituras e filmes previamente indicados.

MÓDULO 1: TECNOLOGIAS AMBIENTAIS APROPRIÁVEIS

Buscou-se abordar soluções de baixo impacto para o manejo e uso sustentável do ambiente natural e construído, para promover proposições participativas viáveis diante dos desafios urbanos socioambientais. Este módulo contemplou visitas a campo e discussões teóricas. Nestas, os temas abordados incluíram discursos da sustentabilidade, condicionantes físico-ambientais, bioconstrução, agroecologia e permacultura, bem como processos que envolvem gestão, planejamento e orçamentos.

MÓDULO 2: TECNOLOGIAS SOCIAIS E DIGITAIS APLICADAS

Tratou-se do conhecimento e do emprego de técnicas complementares à assistência técnica no campo social e no das tecnologias digitais aplicadas à arquitetura, urbanismo e engenharia. Objetivou-se introduzir ferramentas atreladas ao trabalho de campo, tais como tecnologias sociais, cartografias, análise de dados espaciais, geoprocessamento e novas tecnologias para projetos e monitoramento de processos construtivos (inclusive BIM – Modelagem da Informação da Construção).

RESULTADOS

O processo de avaliação considerou a participação nas aulas e a escrita individual de um ensaio acadêmico sobre as experiências em cada um dos módulos. No final, os residentes desenvolveram e aprimoraram este ensaio, incluindo aspectos conceituais sobre o tema, os quais seriam apropriáveis ao objeto de trabalho eleito para a assistência técnica participativa que a seguir foi desenvolvida.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:

Carlos Alberto Andrade Bomfim e Leonardo Prazeres Veloso de Souza

PROFESSORES CONVIDADOS:

João Lucas Carvalho Neves, Juan Pedro Moreno Delgado, Luiz Edmundo Prado de Campos, Luiz Roberto Santos Moraes, Maurício Felzemburgh Vidal, Nayara Cristina Rosa Amorim e Verônica Gomes Natividade

PLANEJAMENTO E PROJETO DE ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

RESUMO

Esta disciplina procurou incitar uma análise propositiva do planejamento do espaço e de projetos de habitação para áreas urbanas e rurais. Para isso, propôs a identificação de diversas abordagens, conjunturas sociais, ideários e diferentes concepções de projeto e intervenção, confrontados à perspectiva da difusão de práticas inovadoras.



Fonte: Eduardo Teixeira de Carvalho (1975)

MÓDULO 1: EXPERIÊNCIAS DE ACESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Neste módulo, fizemos uma apresentação e um debate histórico de práticas de assessoria e assistência técnica, a partir de experiências ocorridas no Brasil, na América Latina e na África. Estes temas e iniciativas foram abordados pelos residentes em grupos e apresentados em seminários.

Este módulo contou com a participação de professores convidados, que assumiram o papel de moderadores ou comentadores durante debates nos quais os discentes-residentes apresentaram a experiência que eles haviam selecionado. Desta forma, a disciplina estruturou-se em três seminários, fomentando um debate coletivo nos encontros remotos, com o apoio de bibliografia indicada para este fim.

MÓDULO 2: PRÁTICAS PROJETUAIS E CONSTRUTIVAS COLETIVAS

Tratou-se de uma abordagem crítica da relação intrínseca entre o projeto de arquitetura e o canteiro de obras, a partir da ligação entre a idealização, a materialidade e as práticas construtivas. As discussões incluíram ainda a compreensão do canteiro como um espaço de troca entre os diferentes

saberes dos profissionais e trabalhadores da construção. O módulo ocorreu excepcionalmente na modalidade remota, com limitações na interação entre os atores envolvidos no processo construtivo.

SEMINÁRIOS

A disciplina incluiu ainda seminários propositivos, discussões e formação de repertório. A partir de pesquisas referentes a coletivos, grupos e experiências de assessoria e assistência técnica, tendo como mote as políticas públicas de acesso à moradia, a emergência habitacional e as transformações urbanas, os estudantes propuseram, em dupla, seminários direcionados à compreensão das experiências elencadas:

No **Brasil**: Grupo Quadra (RJ), Cajueiro Seco (PE), Urbanização de Alagados (BA), Programa ATME SAERGS (RS), FUNAPS Comunitário (SP), Usina CTAH (SP), Legislação Assistência Técnica (BR), Assistência Técnica CODHAB 2014-2018 (DF), Assistência Técnica Prefeitura do Conde 2016-2020 (PB). Na **América Latina**: Al Borde (Equador), Hacer Desur – Instituto de Assessoria Técnica/FUCVAM (Uruguai), Villa 31/ Proyecto Habitar (Argentina), experiências de John Turner (Peru). Na **África**: Hassan Fathy (Egito), Kéré Architecture (Burkina Faso).

RESULTADOS

A avaliação dos residentes foi feita a partir da pesquisa desenvolvida para apresentação nos seminários, além das discussões e sínteses geradas nos encontros e exposição do docente moderador.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:

Daniel Marostegan e Akemi Tahara

PROFESSORES CONVIDADOS:

Ana Lúcia Müller, Eduardo Carvalho, Ícaro Vilaça, Ida Pela, Juliana Nery, Luana Figueiredo, Luiz Sarmento, Márcio Pereira, Mário Braga, Pedro Alban, Samira Proêza e Thaís Rosa

METODOLOGIAS E TÉCNICAS PARA PROJETOS PARTICIPATIVOS

RESUMO

O estudo de metodologias integrativas e participativas e de técnicas e instrumentos de pesquisa-ação para interação entre grupos sociais visou a apresentar possibilidades para práticas em assistência técnica, envolvendo a proposição de projetos em ambiente urbano ou rural. Na perspectiva de fomentar melhores condições de habitação e o fortalecimento da cidadania para o direito à cidade nas comunidades envolvidas, entendeu-se que os métodos de trabalho se estruturaram a partir da interação com o lugar e seus moradores.



Nas práticas integrativas, é possível identificar demandas e prioridades, incentivando a reflexão crítica e questionando ideias pré-estabelecidas. Elas também possibilitam experimentações criativas e alinhamentos entre saberes e fazeres das comunidades, elegendo em coletivo temas e soluções próprias às localidades. Na adaptação desta disciplina ao ensino remoto, foram experimentadas ferramentas, técnicas e dinâmicas capazes de potencializar os processos de aprendizagem. A partir da divisão de grupos de trabalho, buscou-se elaborar formatos para atuação no campo junto às comunidades e aos territórios, valendo-se de exposições teóricas, leituras e debates de textos indicados, e exercícios práticos para experimentação de métodos e técnicas desenvolvidas durante o curso nos espaços de prática da gestão social e da gestão pública.

MÓDULO 1: EDUCAÇÃO POPULAR E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Foi provocada a problematização conceitual em torno da educação popular com enfoque em situações próprias da assistência e da as-

sessoria técnica, entendendo-as como processos educativos nos quais os vínculos são fortalecidos a partir da valorização da troca entre saberes e fazeres.

MÓDULO 2: TÉCNICAS PARA INTERAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS

Focou-se na construção de repertório por meio da experimentação de metodologias integrativas para abordagem junto às comunidades trabalhadas na elaboração de planos, projetos e propostas. Em preparação para os encontros com os representantes das comunidades e lideranças, os grupos aprenderam a criar ambientes de acolhimento para propiciar confiança mútua, por meio de rodas de diálogo, inovando em formas de apresentação e trocas de conhecimento. A importância dada à escuta ativa junto aos moradores mais antigos também contribuiu na demonstração de respeito à cultura local, recuperando a memória das pessoas e do lugar. Técnicas de mapas mentais, cartografia social e mapa de agentes foram apresentadas de modo a serem adaptadas ao processo de apreensão da realidade das áreas trabalhadas junto às comunidades.

RESULTADOS

Os residentes desenvolveram um ensaio acadêmico reflexivo sobre os aspectos tratados no Módulo 1 e um Caderno de Técnicas com a compilação de técnicas e métodos para interação comunitária aplicáveis à área de trabalho, a partir das vivências do Módulo 2. Como alternativa ao necessário isolamento social decorrente da pandemia da COVID-19, desenvolveu-se como trabalho prático de grupo um mapeamento colaborativo com o apoio de agentes comunitários de saúde que estavam em campo junto com as comunidades.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:
Heliana Faria Mettig Rocha e João Maurício Ramos

PROFESSORES CONVIDADOS:
Christina Schade, Daniel Marostegan, Elisamara de Oliveira Emiliano, Ida Pela, Luana Figueiredo, Paula Adelaide Moreira e Tereza Moura Freire

SEMINÁRIOS TEMÁTICOS

RESUMO

O tema da assistência técnica para habitação e direito à cidade, ainda que discutido há várias décadas, foi objeto de poucas práticas concretas. Porém, ganhou vigor e novas possibilidades de atuação profissional a partir da aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) e da garantia às famílias de baixa renda a assistência técnica pública e gratuita para projetos e construção de habitação de interesse social (Lei Federal 11.888/2008). Novas políticas públicas foram definidas em diferentes níveis governamentais, as quais são ilustradas por experiências recentes ou em processo de implantação. Nesta disciplina, propiciando maior apreensão de resultados recentes dessas políticas, propôs-se discutir coletivamente acerca de projetos de intervenção e experiências inovadoras nessa temática, potencializando a divulgação e a troca de informações entre os atores sociais envolvidos na prática profissional.



A partir da auto-organização dos residentes, foram eleitos tópicos de discussão relacionados aos temas específicos de cada território, que foram explorados e articulados com os trabalhos desenvolvidos nas edições anteriores da RAU+E. Os encontros ocorreram no formato remoto com recursos didáticos para comunicação coletiva e plataformas colaborativas, quando foram estabelecidos diálogos sobre os trabalhos em andamento. Também foram feitas discussões a partir de bibliografia indicada, articulando convidados que compartilharam suas experiências e possibilitaram trocas de saberes que estimularam a reflexão crítica sobre a prática de campo e seus princípios. A disciplina foi dividida em dois módulos, estruturados em atividades síncronas.

MÓDULO 1: FÓRUMS INTERNOS

Foram desenvolvidos diálogos sobre a definição das áreas de trabalho e tutorias, por meio de uma metodologia construída junto com os residentes, para a elabo-

ção de Planos de Trabalho Prévio e desenvolvimento de Cadernos de Percurso.

MÓDULO 2: FÓRUM REFLEXÕES A PARTIR DA PRÁTICA

As aproximações às experiências anteriores da RAU+E possibilitaram discussões acerca de entraves, possibilidades, articulações e desdobramentos relacionados à construção do campo da assistência e assessoria técnica. Foi possível contribuir com reflexões a partir da aproximação aos territórios (inicialmente de forma remota), estabelecendo-se um acompanhamento coletivo acerca dos processos, dando continuidade às pesquisas e discussões sobre as questões específicas de cada território acompanhado pelos grupos.



RESULTADOS

A avaliação da disciplina se deu por meio da participação no conjunto das atividades, discussões e sínteses nos fóruns internos. Contou-se também com a elaboração de painéis-sínteses apresentados na forma de Seminários Internos referentes ao que foi desenvolvido nos blocos de atividades da disciplina.

PROFESSORAS RESPONSÁVEIS:
Thaís Troncon Rosa e Elisamara de Oliveira Emiliano

PROFESSORES CONVIDADOS:
André Carrasco, Angela Maria Gordilho Souza, Carlos Bomfim, Christina Schade, Daniel Marostegan, Fábio Velame, Glória Figueiredo, Heliana Mettig, Ida Pela, João Maurício Ramos, Márcio Pereira, Maria Teresa do Espírito Santo, Nayara Amorim, Paula Adelaide Moreira e Renato Pequeno

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Apesar das adversidades, para a continuidade do curso durante a crise sanitária da COVID-19, a coordenação, o colegiado, os professores e os estudantes da 4ª edição da RAU+E enfrentaram os desafios das adaptações para o modo remoto de forma ativa, proativa e criativa. Neste mesmo espírito encararam o cenário socioeconômico e de saúde pública difícil no qual as comunidades e territórios trabalhados se encontravam, tendo em conta o aprofundamento das desigualdades e da segregação social.

A matriz do curso foi ajustada, com a antecipação do componente curricular **Tópicos Especiais**, que foi aberto ao público na forma de um **Ciclo de Debates** online, no reinício das aulas no 2º semestre de 2020. Em 2021, com a continuidade da pandemia, cada componente curricular foi ajustado em termos de carga horária, metodologias de ensino-aprendizagem e métodos de avaliação, os quais incluíram ensaios acadêmicos e cadernos de percurso para o acompanhamento e a orientação dos trabalhos ao longo de seu desenvolvimento.

Para as aulas acontecerem por videoconferências, foram utilizadas ferramentas colaborativas como o *Google Jamboard*, *Google Docs*, *Mentimeter*, *Padlet* e *Discord*. Também recorreu-se a salas simultâneas para os trabalhos de grupo durante as aulas síncronas em videoconferência e ao *Moodle* como ambiente virtual de aprendizagem. Cada disciplina seguiu práticas pedagógicas próprias durante este período. No entanto, prevaleceu a condução das aulas por meio da problematização da realidade, o trabalho colaborativo

em equipe e o professor assumindo o papel de mediador ou facilitador do processo de ensino-aprendizagem.

As aulas foram reformuladas em todos os componentes curriculares. No âmbito das **Metodologias e Técnicas Participativas**, os estudantes experimentaram diferentes técnicas que poderiam ser utilizadas e adaptadas no processo, presencial ou online, de aproximação às comunidades. Foram organizadas aulas expositivas e debates sobre as leituras e pesquisas realizadas. Uma dessas aulas consistiu na elaboração de uma síntese coletiva do ensino-aprendizado com o uso do recurso online *Jamboard*, através da produção partilhada e simultânea de conteúdos.



A experimentação de metodologias integrativas como abordagem plural na RAU+E foi também adaptada para ocorrer no formato online. Foi possibilitada à turma vivenciar a construção de uma comunidade de prática que compartilha um interesse comum, simulando uma situação problema: algo que ou o grupo enfrentava durante o trabalho de campo ou as comunidades enfrentavam regularmente. A ideia foi construir



conhecimento para aprimorar práticas em torno do contexto ou conflito, via estímulo à participação consciente, assim como exercícios para instrumentos de leitura técnico-comunitária.

Nesse sentido, as artes foram utilizadas como um recurso que acessa o inconsciente coletivo, auxiliando no estímulo da concentração. Isso foi útil na história inventada como forma de resgate da memória das pessoas e do lugar, e no levantamento de necessidades e demandas a serem trabalhadas por meio da escuta ativa. Para proporcionar a confiança mútua e a troca de experiências, foi ativada a presença com o movimento corporal, a dança, as artes gráficas e a música, na busca de soluções para problemas recorrentes. Muitos desses métodos foram vivenciados posteriormente, pelos estudantes, nos trabalhos de campo.

As adaptações nos componentes curriculares **Políticas urbanas e direito à cidade, Projetos de urbanização, Planejamento e projeto** foram realizadas de forma individualizada, mas prevaleceu o formato de seminários, com professores convidados para a condução do debate. Como inovação, os **Seminários Temáticos** foram orientados de forma a promover trocas de ideias e debates sobre as condições e condutas dos estudantes em relação às comunidades. Tais discussões pretendiam dar suporte para o processo de trabalho de assessoria técnica em Arquitetura e Urbanismo.

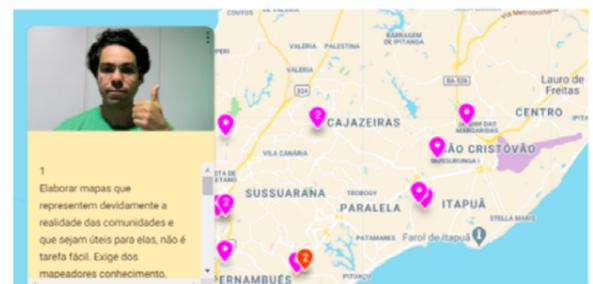
Em paralelo à formação da RAU+E, foi oferecido o curso de extensão **“Mapeamento colaborativo: comunicação, ambiente e**

saúde”, visando interações entre os campos da Saúde e da Arquitetura e Urbanismo. Houve uma rica troca de informações entre os residentes que participaram do curso e atuaram em equipes transdisciplinares, o que permitiu maiores possibilidades de comunicação à distância com os grupos sociais envolvidos, utilizando tecnologias móveis, com dados transmitidos por celular e demais aparelhos portáteis.

Neste curso, participaram professores de epidemiologia, enfermagem, arquitetura e urbanismo, cartografia, design, e estudantes de graduação, pós-graduação e extensão, além de assistentes sociais, agentes comunitários de saúde e membros de associações comunitárias. O trabalho coletivo das equipes gerou infográficos que foram distribuídos em unidades de saúde dos bairros de Salvador e, um dos grupos de residentes utilizou o mapeamento colaborativo em um autorrecenseamento.

Mapeamento Comunitário Turma 2020

Professores, monitores e alunos registraram aqui seus depoimentos sobre o curso. Depoimento 1 - frase ressaltando aspecto em mapeamento de agentes de saúde e representantes de associações comunitárias; Depoimento 2 - uma mensagem para



Em síntese, muito se aprendeu durante a pandemia em relação aos recursos colaborativos disponíveis, os quais poderão ser incorporados como métodos de apoio ao ensino-aprendizagem nas próximas edições da RAU+E.

Residência AUE UFBA
@ResidenciaAUEUFBA
507 inscritos

Inscrição

INÍCIO VÍDEOS AO VIVO PLAYLISTS COMUNIDADE CANAIS SOBRE

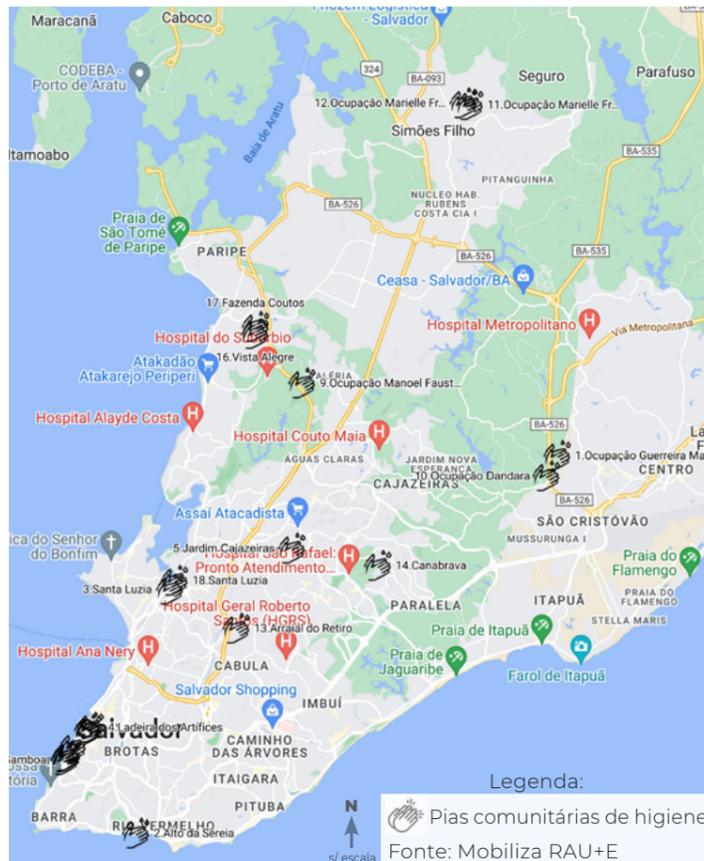
Playlists criadas Ordenar por

- UIA 2021 RIO
Ver playlist completa
- Webinário CAU/RS
Ver playlist completa
- Metodologias colaborativas
Ver playlist completa
- Documentários
Ver playlist completa
- Rede de Residências e Nucleações
Ver playlist completa

MOBILIZA RAU+E

INICIATIVA

Quando a pandemia da COVID-19 chegou ao Brasil e se iniciou o isolamento social, as atividades do calendário oficial da Universidade Federal da Bahia foram suspensas, afetando a continuidade da 4ª turma da Residência AU+E – Especialização em Assistência Técnica e Direito à Cidade. No entanto, os residentes que estavam iniciando suas atividades, juntamente com alguns professores e ex-residentes, decidiram engajar-se com os territórios populares onde a RAU+E tem atuado em Salvador, visando minimizar os impactos da pandemia. Foi assim criado o projeto Mobiliza RAU+E, com o objetivo de implementar ações emergenciais para reduzir demandas agudas na provisão de alimentos, na difusão de informações e na higiene comunitária em algumas comunidades da Região Metropolitana de Salvador. Nestas comunidades que têm uma colaboração estabelecida com a RAU+E, foi possível criar parcerias estratégicas de apoio ao enfrentamento dessa crise.



ORGANIZAÇÃO

Para atender às diferentes demandas insurgentes durante a pandemia, foram criados quatro grupos de trabalho. O primeiro grupo fez o mapeamento e gerenciamento das informações sobre as comunidades e associações com necessidades emergenciais, somando-se às ações já iniciadas pelo projeto Inter.Agir SSA. O segundo grupo fez atendimento na escala local e emergencial, tendo desenvolvido e executado projeto/proposta de pontos comunitários de higiene e articulações para suas instalações. O terceiro grupo fez atendimento à escala de cidade, gestão e políticas públicas para buscar conexões e viabilizar arrecadações que ampliassem o movimento e as discussões em prol da assistência e assessoria às comunidades e aos territórios mais vulneráveis. O quarto grupo dedicou-se a informação, comunicação e mídias, além da documentação dos trabalhos desenvolvidos, para facilitar o diálogo entre os diversos atores e a divulgação das ações.

AÇÕES

No âmbito das ações emergenciais de higiene, foi desenvolvida e executada a proposta

de pontos comunitários de higiene para lavagem das mãos, constituídos por um lavatório conectado a bombonas plásticas de água. Estas, a partir do armazenamento de água e do acionamento por pedais (sem necessidade do contato das mãos), garantem a possibilidade de se manter boas práticas de higiene, mesmo durante os cortes de água, que são bastante frequentes nos territórios populares de Salvador. Os primeiros protótipos foram feitos com os materiais e as ferramentas disponíveis na marcenaria da FAUFBA: bambus e madeira de demolição, e posteriormente estruturas de aço galvanizado.

Os modelos foram se aprimorando na medida em que conseguimos apoio financeiro e novas parcerias ao longo do processo, tornando possível ampliar a produção para atender mais comunidades. Ao todo, a equipe instalou 19 pontos comunitários de higiene, distribuídos em Salvador e sua região metropolitana. Nesta ação foram realizadas orientações e pactos sobre os cuidados coletivos com o ponto de higiene, assim como sobre a manutenção e a reposição de insumos, de forma que cada comunidade se tornasse responsável pela manutenção das instalações. Compreendemos que na “pedagogia da pandemia”, podemos também trabalhar no viés da organização comunitária e da responsabilidade com os compromissos assumidos.

“Essa instalação desse lavatório aí é importante para a comunidade porque é um bairro carente. Além de ser carente ainda tem essa epidemia aí, pra fazer a higienização, né? Aí fica bom pra todo mundo se higienizar e sair higienizado e continuar a vida. A vida continua”.

Antônio Cláudio, morador de Arraial do Retiro, Salvador-BA

Dentre as outras ações, destacaram-se a produção digital de cartilhas informativas sobre a COVID-19, a realização do “Drive-thru Solidário” para a coleta e distribuição de cestas básicas, além da produção de cartilhas

Cartilha de
Prevenção e Combate ao
CORONAVÍRUS
para comunidades



detalhadas e vídeos sobre os Pontos Comunitários de Higiene. Fornecemos orientações para que outras organizações pudessem desenvolver esta proposta e também pressionar os gestores públicos municipais e estaduais responsáveis pelas políticas públicas de saneamento básico a assumir ações emergenciais e em larga escala para combater a pandemia.

Para viabilizar as ações locais emergenciais, encaminhamos projetos para editais, os quais viabilizaram a aquisição e distribuição de mantimentos e de kits de higiene, assim como a produção de material de comunicação, a formação de agentes comunitários e a montagem dos pontos de higiene comunitária.

PROJETOS EM EDITAIS

“Iniciativas de apoio local nas periferias ao combate a COVID-19”

“Xô corona”

“Comunidades pesqueiras urbanas de Salvador enfrentando a pandemia”

“Uma mão lava a outra”

CICLO DE DEBATES

RESUMO

A disciplina Tópicos Especiais foi a primeira ofertada remotamente, sendo integrada à atividade de extensão Ciclo de Debates RAU+E: “Ampliando campos de atuação: ideias e práticas contemporâneas em assistência e assessoria técnica no Brasil”. O Ciclo abordou tópicos emergentes relativos à assistência/assessoria técnica enquanto campo de atuação, visando à atualização e ao enriquecimento dos residentes para uma ação crítica propositiva. Os temas centrais discutidos foram o direito à cidade e as dimensões das desigualdades socioespaciais e das emergências ambientais no contexto da pandemia da COVID-19.

A disciplina foi estruturada em duas atividades síncronas: mesas de debate, num ciclo de debates aberto ao público, e diálogos internos, espaços de sínteses e aprofundamento dos conteúdos abordados nas mesas, voltados aos residentes. Nestes, os residentes trabalharam com referências bibliográficas indicadas pelos professores, para embasar suas sínteses e reflexões, que foram feitas ao final de cada duas mesas de debates. Com isso, gerou-se uma discussão partilhada em formato remoto, com o apoio de canais de comunicação coletiva e plataformas colaborativas.

Foram estabelecidos eixos centrais de debate transdisciplinar: direito à cidade e perspectivas críticas para assessoria e assistência técnica no Brasil contemporâneo; desigualdades socioespaciais, emergências ambientais e saúde pública; experiências de assistência e assessoria técnica: novos arranjos, disputas e diversidades; conceito e práticas, aproximações e distinções entre assistência, assessoria e extensão; desafios e potências da ação conjunta entre movimentos, comunidades e assessorias.

RESULTADOS

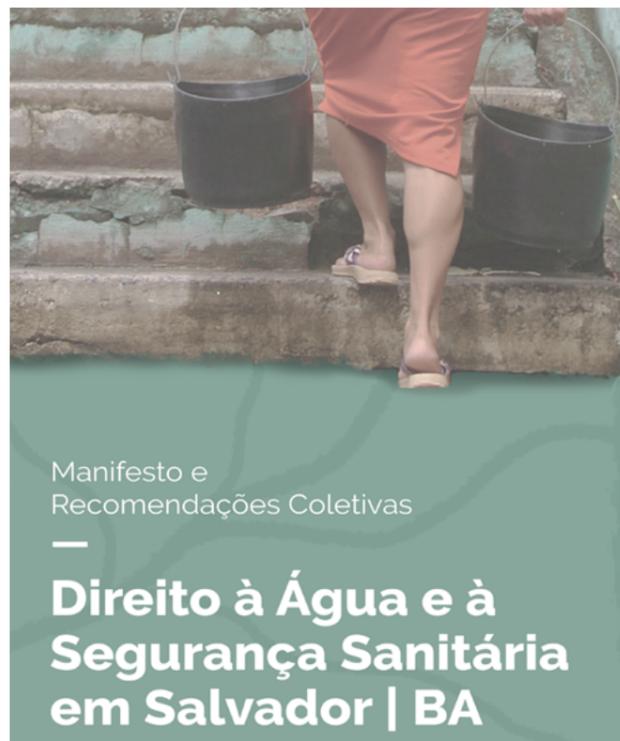
A avaliação dos residentes foi feita a partir da participação no conjunto das atividades, das discussões e sínteses nos diálogos internos, além da elaboração de painéis-sínteses referentes aos temas discutidos.

PROFESSORES RESPONSÁVEIS:
Thaís Troncon Rosa, Heliana Faria Mettig Rocha, João Maurício Santana Ramos e Elisamara Emiliano



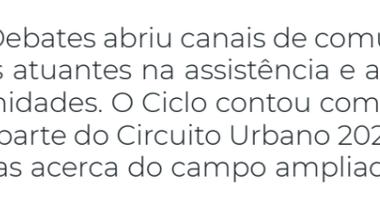
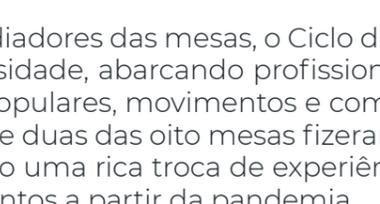
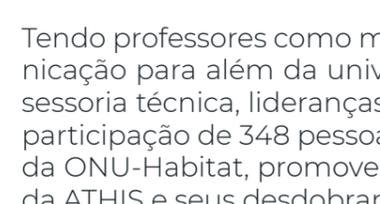
MANIFESTO

O Mobiliza RAU+E reuniu assinaturas de mais de 70 organizações para a elaboração do “Manifesto e Recomendações Coletivas sobre o Direito à Água e à Segurança Sanitária em Salvador, BA”, divulgado em junho de 2020. Este documento reforçou a necessidade de ações governamentais mais efetivas, em paralelo à proposição de medidas emergenciais para o acesso aos serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais.



Manifesto e
Recomendações Coletivas

**Direito à Água e à
Segurança Sanitária
em Salvador | BA**



Tendo professores como mediadores das mesas, o Ciclo de Debates abriu canais de comunicação para além da universidade, abarcando profissionais atuantes na assistência e assessoria técnica, lideranças populares, movimentos e comunidades. O Ciclo contou com a participação de 348 pessoas, e duas das oito mesas fizeram parte do Circuito Urbano 2020 da ONU-Habitat, promovendo uma rica troca de experiências acerca do campo ampliado da ATHIS e seus desdobramentos a partir da pandemia.



PRO JETOS

QUILOMBO DANDARA
ILHA DAS COBRAS
JOSÉ MONTEIRO SOBRAL
CARLOS MARIGHELLA
QUILOMBO QUINGOMA
GAMBOA DE BAIXO
CORREDOR DAS TROPAS
CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR



QUILOMBO GUERREIRA DANDARA

CONTEXTO

A ocupação Quilombo Guerreira Dandara está vinculada ao Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e localiza-se no bairro Cassange, em Salvador. A área fica na divisa de Salvador com os municípios de Lauro de Freitas e Simões Filho, distante da infraestrutura urbana e dos centros de serviços especializados. Nosso trabalho foi desenvolvido em intensa articulação com Solange Santos (liderança da Ocupação) e Juliana Santos (liderança do MSTB), além dos demais moradores que participaram ativamente de todo o processo. Assim, construímos conjuntamente os rumos e resultados deste trabalho.

Esta assessoria técnica aconteceu durante a pandemia da COVID-19, que impactou intensamente o mundo. Nosso trabalho de campo, iniciado em meados de 2021, atravessou as dificuldades e perigos do contexto pandêmico, no entanto tomando precauções para não expor nenhum envolvido a grandes riscos. Por isso, adotamos um formato de atuação híbrido: virtual e presencial. Assumir o trabalho de campo como indispensável a esta formação em assistência e assessoria técnica foi uma decisão consciente e coletiva entre nós, residentes, tutores, lideranças e moradores do Quilombo Dandara.

AUTORES: Carmélia Clough, Juliana Hermsdorf, Keylane Dias e Victor Ferreira

TUTORES E CO-AUTORES: Daniel Marostegan, João Maurício Ramos e Thaís Troncon Rosa

COMUNIDADE: Ocupação Quilombo Guerreira Dandara, Cassange, Salvador, Bahia

30 FAMÍLIAS

ACESSE O TRABALHO COMPLETO AQUI



LEITURA TÉCNICO-COMUNITÁRIA

O censo desenvolvido junto às moradoras(es) da Ocupação, em que 28 famílias foram entrevistadas com perguntas abertas e fechadas, mostrou que a população é, na maioria, adulta, negra e de baixa renda, sendo que mais da metade dela recebe até meio salário mínimo. Dentre as entrevistadas(os), 58% são mulheres. A maioria da população de Dandara é alfabetizada, porém mais da metade possui escolaridade incompleta e mais de um quarto não sabe ler nem escrever. Isto implicou diretamente em nossa atuação como assessores. Assim, nosso trabalho foi desenvolvido dando ênfase em formas oral e visual, para que as atividades e os meios de comunicação fossem o menos excludentes possível.



Os maiores problemas de infraestrutura identificados pelas moradoras(es) na área foram (1) o acesso a transporte (o ponto de ônibus mais próximo, com maior oferta, fica a 30 minutos de caminhada na estrada de chão) e (2) o abastecimento de água, para o qual a comunidade depende principalmente do enchimento de um tanque de concreto a partir de um caminhão pipa. Há a necessidade de racionamento de água, o uso de tanques improvisados para abastecimento de água de chuva e algumas moradoras(es) buscam água potável para consumo fora da ocupação.





TRABALHO DE ACESSORIA TÉCNICA

Nosso trabalho, que se iniciou com a intenção de construção de um parquinho infantil demandado pela Ocupação, ganhou corpo ao se cruzar com outros agentes: o Instituto Goethe (Caroline Ribeiro e Lis Correia); o grupo de pesquisa Territórios, Hegemonia, Periferias e Ausências, da Universidade do Estado da Bahia (Raiane Silva e Celso Favero); Thomas Oliveira, bioconstrutor bambuzeiro; e o próprio MSTB.

A troca entre redes do MSTB e de assessorias e apoiadores se desenvolveu profundamente no segundo semestre de 2021, gerando momentos de leituras e construção coletiva do território. O processo de assessoria conteve: a aplicação do censo citado; a elaboração de cartografias sociais, estabelecendo uma base comum para futuros trabalhos relacionados ao espaço da Ocupação; a construção, através de mutirão, de um banheiro coletivo (que serve ao centro comunitário) e da fossa ecológica à qual se liga; a formulação do projeto e a execução de atividades para a construção do parquinho possível dentro do contexto local. Todas essas atividades envolveram os agentes externos parceiros, buscando uma troca de saberes.

“Esse produto ajuda a criar uma identidade pra ocupação, né? É bom a gente se ver nesses materiais [...] ver toda a luta que foi construída passinho a passinho, suor a suor. Com as chateações, que também não é só beleza, né? Também não vai falar que é só beleza. Mas também é muita beleza.”

Cassia Lima, moradora da Ocupação Dandara

Esta construção coletiva em rede acabou se tornando o objeto central de nosso trabalho. Durante o processo de assessoria, tecemos reflexões sobre metodologias que mobilizaram nossa atuação, como o método cartográfico, atravessando o conceito de rizoma de Deleuze e Guattari [1]; a pesquisa-ação, de Thiollent [2]; além da geografia dos afetos [3], intensificada a cada atividade. Com isso, identificamos os ga-



nhos para os grupos envolvidos nesta vasta rede de atores, principalmente relativos à luta pelo direito à moradia e à melhoria das condições de habitabilidade da Ocupação.

ATUAÇÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS

Mesmo após a apresentação final do trabalho na conclusão da Residência, não houve descontinuidade de nossa atuação junto à Ocupação. Estamos presentes nas atuais instâncias da esfera jurídica, acompanhando as audiências de reintegração de posse. Também prosseguimos com as atividades em torno do parquinho, trabalhando em novos brinquedos, especialmente com bambu e pneu como materiais de base.

É uma honra para nós, o grupo de residentes, sermos uma das conexões nesse sistema complexo de ligação entre atores e situações do Quilombo Guerreira Dandara, MSTB, RAU+E e UFBA. Somos prováveis pontos de ligações que tendem a se ampliar nas futuras edições da Residência e em nossos próximos trabalhos enquanto assessores. Esperamos que o conjunto de atividades e métodos trabalhados durante nossa assessoria

junto a Dandara oportunize o desenvolvimento da autonomia das moradoras(es) e a abertura para novas relações com outros grupos de assessores, além do firmamento dos afetos criados. Um exemplo desse movimento é a aproximação que se seguiu entre a FAUFBA e a Ocupação, com a oportunidade tanto de conversar sobre este processo, quanto de elaborar novas propostas, em disciplinas ofertadas pelos tutores do trabalho.



[1] DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. v. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

[2] THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

[3] PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (org.). *Pistas do método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

Assessoria Técnica na

ILHA DAS COBRAS:

uma experiência a partir do edital CAU/SP

CONTEXTO

Este trabalho, desenvolvido entre junho e outubro de 2021, resultou de uma parceria firmada entre o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo (CAU/SP) e organizações da sociedade civil, por meio de um termo de fomento específico. O objetivo primário deste edital foi o desenvolvimento e a execução de projetos de “Apoio à Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS)”, em atendimento à Lei 11.888/2008. A proposta submetida ao CAU/SP foi elaborada pelo MSTC (Movimento Sem-Teto do Centro) em conjunto com a FIO (Assessoria Técnica Popular), à qual a equipe de arquitetos que participou deste trabalho se integrou durante o período transcorrido.

LEITURA TÉCNICO-COMUNITÁRIA E PROCESSO PARTICIPATIVO

Na primeira visita à Ilha das Cobras, em junho de 2021, conhecemos Padre Assis, a liderança local que nos acompanhou durante todo o período de trabalho. Adentramos o território através de uma passagem que se abre junto à calçada da Av. Prof. Anhaia Mello e logo nos deparamos com as torres de transmissão de energia elétrica que o atravessam. Esta questão nortearia nossas propostas, pois a legislação vigente impede qualquer construção sob linhas de alta tensão.

AUTOR: Nicholas Leite Abdalla

CO-AUTORES: FIO Assessoria Técnica Popular

TUTORAS: Ida Matilde Pela e Elisamara de Oliveira Emiliano

COMUNIDADE: Ilha das Cobras, Vila Prudente, Zona Norte, São Paulo, São Paulo

ACESSE O TRABALHO COMPLETO AQUI



Após essa visita entendemos que seria interessante propor uma oficina na qual os moradores pudessem nos contar como usam e o que pensam sobre o lugar onde moram. No mês seguinte fizemos uma dinâmica ao ar livre, levando duas ilustrações da Ilha das Cobras: uma privilegiando a área livre abaixo das linhas de transmissão e outra privilegiando a porção do território lindeiro à avenida. Nestas ilustrações os moradores poderiam colar ícones, respondendo perguntas tais como: “onde você descansa?”, “qual seu lugar favorito?”, “onde você se sente seguro(a)/ inseguro(a)?”. Além disso, colamos no muro cartazes com outras perguntas, tais como “o que você mudaria na Ilha das Cobras?”, para colhermos informações qualitativas. Para convidar os moradores a participarem da oficina, distribuímos cartazes e panfletos pelo território.

As respostas obtidas ajudaram-nos a compreender melhor as relações socioespaciais e os lugares mais ou menos frequentados, além de identificar conflitos territoriais existentes. A oficina contou com 25 participantes, a grande maioria crianças. Tivemos então a convicção de que o projeto que desenvolveríamos coletivamente deveria ser direcionado a elas, pois são elas que mais usam os espaços livres comuns.

Em agosto houve três visitas ao território. A primeira foi para apresentar aos moradores os resultados da dinâmica de cartografia. Após as conversas, percebemos que a proposta de se retirar as garagens sob as linhas





de alta tensão para dar espaço a uma futura horta, melhorando as condições de habitabilidade e ativando a mobilização social no território, seria pouco viável. Primeiro, por demandar mais tempo do que o previsto no edital (apenas cinco meses), e segundo por potencialmente implicar num conflito entre os moradores e os usuários das garagens.

Nesse contexto, decidimos então focar nas demandas que poderiam ser solucionadas com microintervenções nos espaços mais usados principalmente pelas crianças. Decidimos também realizar um mutirão de limpeza da área livre sob as linhas de alta tensão, uma vez que percebemos que o lixo era uma questão importante no território, e que assim conseguiríamos avançar no trabalho de mobilização e organização social. Então, na segunda visita em agosto, levamos vassouras, sacos de lixo e pás, e fizemos esta atividade. Convidamos as crianças que ali estavam para participar e a mobilização foi bem potente, uma vez que elas estavam naquele momento cuidando de um espaço que elas mesmas usam com frequência. O terceiro encontro de agosto foi marcado por uma

conversa acerca das propostas de projeto potenciais que identificamos: a resignificação do “murinho” como um espaço de convívio; a reforma das cercas ao redor das árvores, e a pintura do “murão” para gerar brincadeiras e jogos. Os moradores, em geral, gostaram e validaram estas propostas, demonstrando interesse na possibilidade de melhorias espaciais voltadas para o lazer das crianças.



PROPOSTA DE ACESSORIA TÉCNICA

Concluimos que as intervenções que iríamos propor deveriam ser de baixo impacto ambiental, reversíveis (já que nada pode ser construído abaixo das linhas de alta tensão) e de baixo custo, uma vez que seria necessário buscar financiamento para os materiais construtivos, e também o envolvimento social para a execução através de mutirão.

BREVE CONCLUSÃO

Apesar do período de trabalho curto e da carga horária baixa, o edital do CAU/SP representa uma conquista para os movimentos sociais e profissionais ligados às assessorias técnicas. Mesmo com as dificuldades nos processos em campo, a pandemia e a desarticulação social no território, o edital proporcionou um trabalho inicial sólido na Ilha das Cobras. A sistematização de um conjunto de informações sobre o assentamento, a articulação com lideranças, as atividades e oficinas realizadas e os materiais projetuais produzidos são de extrema importância para a continuidade futura dos trabalhos de assessoria técnica.



Os caminhos e desafios da Assessoria Técnica Popular no **CONJUNTO JOSÉ MONTEIRO SOBRAL** em Laranjeiras-SE

CONTEXTO

O Conjunto José Monteiro Sobral, conhecido por Salinas II, foi construído por meio do programa “Casa Nova, Vida Nova” no povoado de Salinas, a cerca de 2 km do centro de Laranjeiras. Em 2013, as 210 moradias foram entregues à população já em situação precária: inacabadas; sem esgotamento sanitário, pinturas e revestimentos; áreas destinadas a equipamentos públicos vazias; iluminação pública deficitária; e com problemas de acessibilidade. Em 2019, dados de um agente de saúde atuante no território indicavam 216 famílias e 800 moradores, sendo em sua maioria: mulheres, pretas ou pardas; jovens com idade entre 11 e 20 anos; trabalhadores informais; desempregados e/ou beneficiários de programas sociais.

O primeiro contato do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Sergipe (DAU/UFS) com o Conjunto ocorreu em 2017, a partir de uma visita de reconhecimento dos assentamentos precários existentes em Laranjeiras, onde o curso é sediado. Desde então, a área vem sendo objeto de reflexões e ações em diversos formatos: desde disciplinas da graduação e eventos de extensão junto ao Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) Trapiche, até sua consolidação como projeto

de extensão em 2020. Os depoimentos dos moradores desenhavam um território abandonado por agentes do estado, sem identidade, com poucas relações de vizinhança e violento.



PLANO DE AÇÃO

Nossa atuação enquanto assessores técnicos derivou dessa relação prévia do DAU/UFS com o território. Entendemos que a mobilização coletiva e o estímulo de interações entre os moradores são peças fundamentais para que estes possam assumir papéis ativos nas transformações socioespaciais da comunidade, reconhecendo a potência da luta coletiva. Pelo grande número de crianças e jovens adultos no Conjunto, enxergamos o apoio à proposta de intervenção já existente — a instalação de equipamentos para o público infantil na Praça do Meio — como uma importante ação mobilizadora e catalisadora de conexões entre os moradores.

A multidisciplinaridade norteou o projeto, com a consolidação de uma equipe formada por moradores, professores, EMAU Trapiche, alunos extensionistas dos departamentos de Arquitetura e Urbanismo e de Comunicação Social da UFS. A equipe também agregou articuladoras comunitárias, agentes de saúde atuando no Conjunto e a elaboração de cartilhas educativas de prevenção.



No semestre seguinte, nossa equipe se inscreveu no I Desafio Universitário pela Primeira Infância, realizado pela Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP). Este edital visava promover um melhor desenvolvimento durante a primeira infância por meio de cidades mais sustentáveis e amigas das crianças, e de relações de parentalidade mais saudáveis. As três propostas vencedoras receberiam 10 mil reais e mentorias para a implementação das iniciativas no primeiro semestre de 2021. Nossa proposta de construção de parte da Praça do Meio foi vencedora. As mentorias e o prêmio foram fundamentais para a execução das ações.

METODOLOGIA DE APROXIMAÇÃO

O plano de trabalho desenvolvido para atender ao edital da ANUP foi dividido em três eixos: o desenvolvimento do projeto, a execução da obra e a comunicação, enfatizando, por um lado, o processo presencial de escuta e aproximação com as famílias e, por outro, a autogestão e o mutirão como princípios norteadores da iniciativa. Contudo, com o prolongamento da pandemia, o plano precisou adotar metodologias “híbridas”. Priorizamos as ações remotas, sem excluir ações presenciais pontuais, em sua maioria realizadas por interlocutores da própria comunidade e seguindo os protocolos sanitários.

Assim, elaboramos um plano para ampliar a comunicação interna e externa à comunidade, com o compartilhamento do desenvolvimento do projeto, a desconstrução de estigmas, a construção de



AUTORES: Ana Cláudia Aragão de Carvalho Andrade e Ueslei dos Santos Souza

TUTOR: Daniel Marostegan e Carneiro

CO-TUTOR: Márcio da Costa Pereira

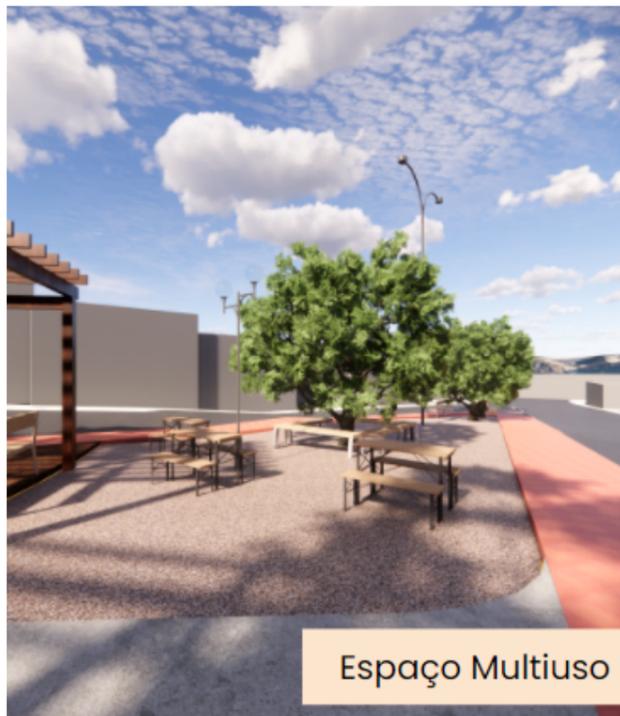
COMUNIDADE: Conjunto José Monteiro Sobral, Laranjeiras, Sergipe

484 MORADORES ENVOLVIDOS

ACESSE O TRABALHO COMPLETO AQUI



novos olhares e a valorização da cultura local. Este plano de comunicação foi realizado em parceria com os alunos extensionistas de Comunicação Social. Numa adaptação da metodologia “Poema de desejos” para a realidade de isolamento social, organizamos um concurso de desenhos, objetivando a escuta e a integração das crianças do Conjunto no processo de concepção projetual. Após receberem um kit com materiais de desenho, as crianças, com o auxílio de seus cuidadores, foram convidadas a desenhar com base na pergunta: “Se esta praça fosse minha, como faria ela brilhar?”. Em seguida, foram enviados registros, em foto ou vídeo, para o grupo do projeto. O intuito era captar as percepções das crianças sobre o espaço público, para fomentar a criação de uma prática cotidiana que incluía a presença dessa faixa etária, seu olhar crítico enquanto moradores e sua participação social.



Espaço Multiuso

Em julho de 2021, promovemos um autorreconhecimento dos moradores do Conjunto, para georreferenciar as residências e obter informações sobre as famílias. Utilizamos a ferramenta *Vicon SAGA*, que possibilitou a aplicação dos formulários via smartphone, o armazenamento de fotos das fachadas e a geração automática de relatórios e gráficos. Estas informações foram utilizadas na elaboração do projeto, apresentado à comunidade numa reunião aberta, no final de novembro de 2021. Com o abrandamento da pandemia, este foi o primeiro encontro presencial direcionado a todos os moradores do conjunto desde abril de 2020.



“Ainda que as ações do projeto de extensão tiveram que ser adaptadas ao modo remoto, ou que não tenham sido da forma que o grupo

tinha pensado inicialmente, está fazendo sentido. As crianças ainda fazem uso da praça.”

Juliane Santos, moradora



No mês seguinte, realizamos uma oficina para encerrarmos o ciclo de atividades da assessoria técnica, integrando os arquitetos residentes, os moradores e demais membros da equipe. A metodologia de ação tinha proposto que todo o processo fosse elaborado coletivamente, mediado pelas pedagogas e pelos assessores técnicos. A oficina iniciou-se com um cortejo pelas ruas do Conjunto, reforçando o convite à participação dos moradores. Posteriormente nos reunimos na praça para um momento de sensibilização sobre a importância do processo participativo. A programação contemplou: (1) a implantação de três brinquedos projetados pela equipe e executados por um marceneiro colaborador; (2) a implantação de duas coberturas de sombrites; (3) a construção de outros dois brinquedos e mobiliário com materiais recicláveis e de baixo impacto ambiental cedidos pela UFS; (4) o plantio de mudas; e (5) atividades de recreação infantil.

REFLEXÕES

A realização deste trabalho permitiu projetar espaços públicos infantis, buscando formas de incluir as crianças no processo de concepção. Além disso, o caráter multidisciplinar adotado nas ações teve um papel pedagógico positivo, pois permitiu aos residentes e estudantes extensionistas aprenderem novas formas de discutir a cidade e práticas alternativas de se fazer arquitetura. Ampliaram, assim, suas atuações profissionais, incorporando aspectos essenciais sobre a primeira infância e sobre a luta pelo direito à cidade.

OCUPAÇÃO CARLOS MARIGHELLA:

experiência na Assessoria Técnica Popular em Fortaleza-CE

CONTEXTO E PROCESSO

A Ocupação Carlos Marighella se iniciou em junho de 2020 no bairro Mondubim, na periferia de Fortaleza. O processo de formação da comunidade surgiu com a grave crise sanitária e econômica vivenciada durante a pandemia da COVID-19, na qual muitas famílias se encontraram sem condições de pagar o aluguel de suas residências.

A ocupação do terreno ocorreu de maneira espontânea e bastante rápida, com duas famílias iniciando o processo. Depois, outras famílias, próximas daquelas ou de movimentos sociais, foram chegando e montando seus barracos, totalizando 85 famílias logo na primeira semana. Em seguida, os ocupantes passaram a sofrer repressões por parte tanto de agentes de segurança privada quanto do poder público, com sucessivas tentativas de remoção.

Contudo, estes tensionamentos também abriram possibilidades de mediação entre a comunidade, a Prefeitura Municipal e o proprietário do terreno. Isso fez com que os movimentos sociais ligados à Ocupação contactassem grupos de direitos humanos e assessorias técnicas para ampará-los nesse processo. Esta iniciativa foi imprescindível para o desenvolvimento de nosso trabalho com a comunidade.



MATERIALIZAÇÃO DA ACESSORIA TÉCNICA

A multiplicidade de agentes atuantes na Ocupação possibilitou o desenvolvimento de ações e documentos técnicos em diversas escalas, atendendo às demandas de cada período durante o processo do trabalho. Assim, a assessoria técnica habitacional representada por nós, então alunas da RAU+E, em parceria com a Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade e outros agentes sociais, atuou no desenvolvimento de cinco documentos técnicos entre julho de 2020 e dezembro de 2021.

O Plano Emergencial de Negociação foi o primeiro destes, com a finalidade de mediar os conflitos iniciais e garantir o direito de permanência das famílias no território. Este plano firmou a responsabilidade do Estado e evidenciou a viabilidade institucional, espacial e financeira para garantir o direito à moradia digna daquelas famílias. O documento foi entregue à Prefeitura Municipal pelos moradores e a equipe técnica, resultando na desafetação de um terreno público próximo à ocupação inicial e no comprometimento municipal em construir as habitações para a comunidade de forma participativa.

O Plano de Zoneamento Emergencial teve como objetivo principal a elaboração em

curto prazo da ocupação espacial do novo terreno, em etapas, demarcando os lotes destinados às famílias de acordo com as urgências apresentadas pela comunidade.

Paralelamente, a equipe técnica propôs a elaboração de um Plano Popular Urbanístico e Ambiental, a ser desenvolvido em longo prazo. Para dar suporte ao futuro plano popular, elaboramos o Diagnóstico Urbanístico e Ambiental, um levantamento preliminar do terreno desafetado. Este conteve dados e cartografia referentes à legislação e infraestrutura urbanas, e ao acesso a equipamentos públicos, além de uma avaliação ambiental desenvolvida por profissionais da área, com levantamento dos recursos hídricos e da fauna e flora existentes e uma análise do solo.

Já em julho de 2021, pressionada pela equipe técnica, a Prefeitura enviou o Termo de Referência para a contratação de nossa equipe de ATHIS já atuante e a realização do projeto urbanístico e habitacional da Ocupação. Contudo as lacunas técnicas do documento recebido e as incompatibilidades com as demandas da comunidade exigiram que nossa própria equipe ajustasse o termo para as condições acordadas entre a comunidade e o poder público.



CARLOS MARIGHELLA

AUTORAS: Janaína de Brito e Mariana Oliveira

CO-AUTORES: Taramela Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade

TUTORES: Luis Renato Bezerra Pequeno e João Maurício Santana Ramos

COMUNIDADE: Ocupação Carlos Marighella, Mondubim, Fortaleza, Ceará

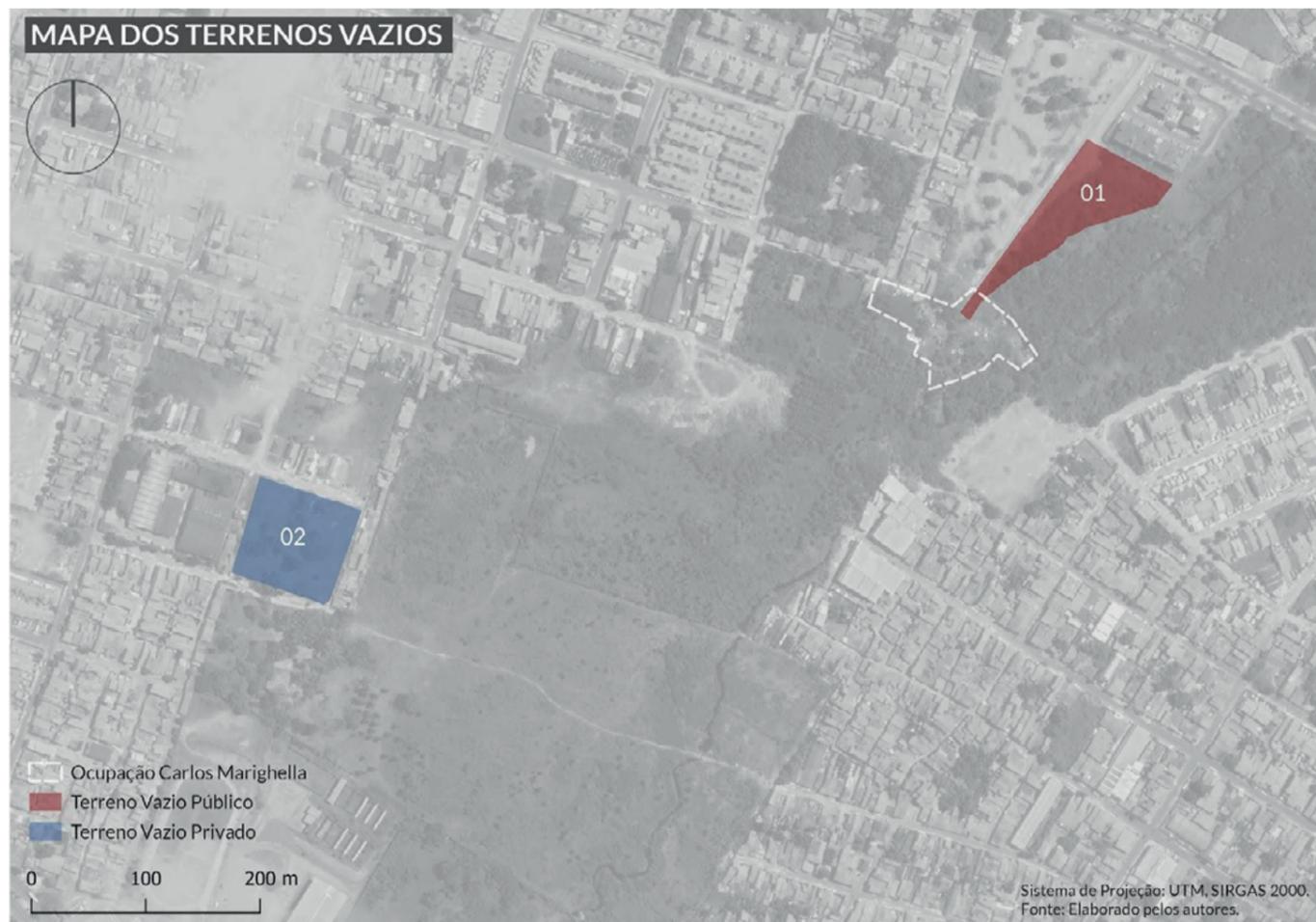
75 FAMÍLIAS

ACESSE O TRABALHO COMPLETO [AQUI](#)



Mesmo com o acordo entre as partes, a equipe técnica e a comunidade decidiram escrever uma proposta para o Edital de apoio institucional à Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Ceará. Esta seria uma forma de rearticular os moradores e adiantar algumas atividades para a construção do projeto participativo habitacional. Assim, a equipe conseguiu captar 20 mil reais para desenvolver o Estudo Preliminar Participativo da Comunidade Carlos Marighella. Com este recurso, foi possível realizar o um censo comunitário para coletar dados acerca das famílias e das características físicas das habitações temporárias. Constituímos assim uma base de dados que também serviria como cadastramento, atualizando as famílias que estão de fato articuladas com a Ocupação, bem como a quantidade de moradores.

Além disso, foram realizadas cinco oficinas semanais, usando metodologias participativas de elaboração do projeto com a comunidade. Partimos da discussão situacional da propriedade do terreno, seguida do exercício de pensar o espaço além das habitações, entendendo as dimensões do terreno, suas limitações espaciais e a implantação, até chegar à tipologia habitacional. Essas atividades possibilitaram um maior discernimento entre o que os moradores idealizavam e a realidade territorial na qual se encontram. Contudo, ao final dos trabalhos do edital, não se chegou a um consenso acerca do projeto habitacional a ser construído.



DESDOBRAMENTOS POSSÍVEIS

É importante reiterar que a diversidade de grupos apoiadores proporcionou tanto uma amplitude na produção dos trabalhos técnicos quanto a continuidade da assessoria na Ocupação. Nossa participação através da RAU+E somou-se aos agentes dessa teia, cujas ações foram iniciadas antes de nosso trabalho e têm sido continuadas após sua conclusão, entendendo que as contribuições apresentadas servem de suporte aos agentes posteriores e às demandas futuras.

O Plano Popular Urbanístico e Ambiental da Ocupação Carlos Marighella, em especial, representa o elo de continuidade da assessoria. Trata-se de um trabalho possível de ser desenvolvido futuramente, tendo em vista o modo como norteou o trabalho técnico. Considerando ainda seu alcance por meio da articulação em rede desenhada durante este trabalho, reafirma-se no plano a intenção de continuidade, mesmo com outros assessores, possibilitando a construção de uma assessoria técnica contínua, permeada por diversos atores, mas com um objetivo em comum.

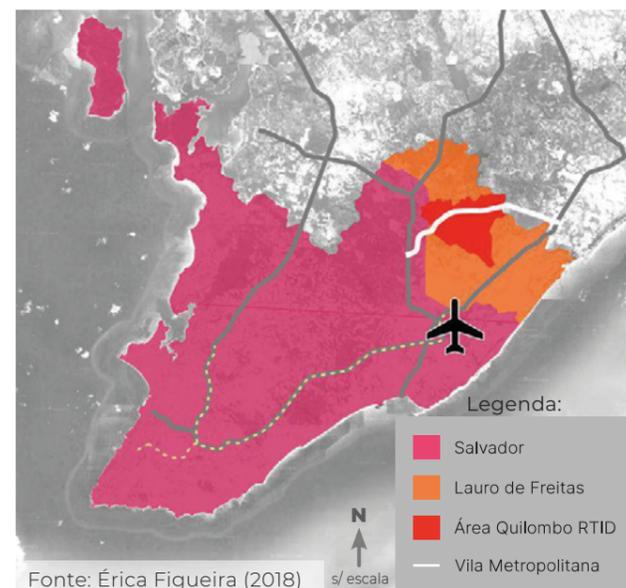


Interlocações e práticas de Assessoria Técnica junto ao

QUILOMBO QUINGOMA

CONTEXTO

O território reivindicado pela comunidade do Quilombo Quingoma está situado em Lauro de Freitas, Bahia. Com 1.225 ha, equivale a aproximadamente 20% da área municipal. Sua delimitação foi feita pela equipe técnica do relatório antropológico elaborado entre 2016 e 2017 no âmbito das ações estaduais de demarcação de territórios quilombolas. Atualmente, a comunidade está organizada em torno das moradoras Donana, Gabriela e Rejane. Estas lideranças estão articuladas e desempenham um papel importante na mobilização política em prol das causas da comunidade.



O contexto atual do Quilombo Quingoma está principalmente marcado por disputas territoriais e projetos de intervenção urbana que ameaçam a permanência da comunidade. Os conflitos em torno do território acentuaram-se após sua certificação pela Fundação Palmares, em 2013, e a chegada de projetos e empreendimentos ligados à expansão urbana do município e da Região Metropolitana de Salvador. Exemplificam esta situação a Via Metropolitana, inaugurada em 2018, e mais recentemente o projeto do bairro novo denominado Joanes Parque, ambos frutos de parcerias entre instâncias do poder público e a iniciativa privada.

LEITURA DO TERRITÓRIO

Nossas leituras foram realizadas através de conversas e trocas com as lideranças da comunidade, visitas de campo, diálogos com profissionais, pesquisadores e parceiros que atuam junto à comunidade, além da consulta a fontes bibliográficas, sob a orientação de nossos tutores.

As questões que atravessam o Quilombo requerem um esforço crítico e analítico que compreenda o racismo, os conflitos e as disputas territoriais como elementos indissociáveis operando no sentido de violar os direitos quilombolas e criar entraves na luta da comunidade pela titulação do território. Tais elementos expressam-se em dimensões e níveis variados: seja no âmbito institucional, com os órgãos e entidades governamentais envolvidos, ou no das relações sociais e políticas estabelecidas no território; seja nas dimensões ambiental, social e territorial que aparecem imbricadas.

Outro aspecto conflituoso aqui relaciona-se ao fato de a comunidade se autodeclarar rural e quilombola, enquanto o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Lauro de Freitas classifica o Quingoma como um bairro inserido na zona industrial.

Nós reiteramos a narrativa da comunidade de que os aspectos rurais, incluindo os usos e práticas tradicionais vinculados ao território, estão cada vez mais ameaçados em função do processo de urbanização e metropolização em curso. Este processo impede a manuten-



ção equilibrada das dimensões rurais e urbanas presentes no território.

INTERLOCAÇÕES

As reuniões com as tutoras, o tutor e as lideranças consistiram num espaço de escuta e maturação das informações e questões apresentadas à equipe, que as buscou complementar com a leitura de trabalhos realizados junto à comunidade. Deste modo, a equipe precisou captar e registrar as demandas apresentadas pelas lideranças e entender as

AUTORES: Diana Matos, Luis Guilherme Pires e Thaise Machado

TUTORES: Fábio Velame e Maria Teresa Gomes do Espírito Santo

CO-TUTORAS: Paula Adelaide Mattos Santos Moreira e Christina Schade

COMUNIDADE: Quilombo Quingoma, Lauro de Freitas, Bahia

578 FAMÍLIAS

ACESSE O TRABALHO COMPLETO AQUI





prioridades e a pertinência destas para o desenvolvimento do trabalho de assessoria técnica. Optamos por fortalecer as ações da comunidade pela luta em prol da titulação do território, com ênfase na reivindicação da conclusão do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, uma peça imprescindível nesse sentido. Também enfatizamos a construção de contra-narrativas e argumentos que indicassem possíveis impactos negativos e desdobramentos do bairro novo sobre o território.

AMEAÇAS DO BAIRRO NOVO AO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

Desde 2017, o projeto do bairro Joanes Parque tem gerado tensionamento entre a comunidade do Quingoma e a Prefeitura de Lauro de Freitas. A iniciativa privada da PB Patrimonial Negócios e Incorporações, com apoio do poder público municipal, pretende construir o bairro às margens da Via Metropolitana, numa área de 121 ha situada dentro da poligonal do território quilombola.

“Bairro novo planejado pra quem?” A comunidade do Quingoma entende que esse empreendimento é voltado para a burguesia e, ao ser construído dentro de seu território quilombola, se apossaria da área verde que que restou para a comunidade após a construção da Via Metropolitana. Sobre os impactos e as ameaças decorrentes desse empreendimento, Rejane reconhece que estão em xeque a própria continuidade da comunidade e sua permanência no território, configurando uma possível “extinção dos quilombolas”. Segundo ela, o projeto usurpará e destruirá áreas com recursos naturais das quais a comunidade depende para sobrevi-

ver, aumentando a dimensão das áreas naturais já suprimidas pela Via Metropolitana.

TRABALHO DA ASSESSORIA TÉCNICA

Ao longo da assessoria técnica, desenhamos conjuntamente ações de articulação e fortalecimento da luta pelo território. Entretanto, devido à pandemia, optamos pela não realização das atividades presenciais. Seguindo a lógica de assistência técnica continuada, registramos possíveis oficinas a serem realizadas no futuro. Através das demandas iniciais pré-mapeadas, entendemos como necessária a realização de quatro oficinas: (1) árvore/baobá dos sonhos; (2) mapeamento participativo das áreas sagradas e áreas de conflitos; (3) construção de placas de identificação; e (4) ato simbólico de demarcação do território com a colocação de ojás nas árvores sagradas.

Como produto-devolutiva, desenvolvemos o documentário [“Quilombo Quingoma: ‘Nosso território é a nossa casa’”](#), que relata através de uma linha do tempo os principais marcos do território: a certificação do Quilombo, os impactos da construção da Via Metropolitana e uma reflexão crítica acerca de especulação imobiliária. O documentário visa auxiliar a mobilização interna da comunidade e ampliar a discussão para o público geral, contribuindo para a organização social acerca dos direitos do Quilombo. De modo a reforçar a identidade do Quingoma, criamos um Manual de Identidade Visual. Ademais, foram inseridos na ferramenta digital Google Maps os principais pontos culturais do Quilombo. Também cedemos à comunidade cópias do relatório que desenvolvemos durante a RAU+E.



Assistência técnica em

GAMBOA DE BAIXO:

levantamento da cultura pesqueira e turismo comunitário

CONTEXTO

Gamboa de Baixo é um território situado na região central de Salvador, entre a Avenida Contorno e a Baía de Todos os Santos, contíguo à comunidade do Unhão. A atividade de assistência técnica em Gamboa tem sido realizada ao longo da última década por muitas pessoas e coletivos formados por ativistas, assessores e assistentes populares, moradoras/es, pesquisadoras/es, docentes e acadêmicos da RAU+E e da FAUFBA. Todos apoiam as lutas pelo direito à moradia digna e justa em Salvador.

O objetivo de nosso trabalho multidisciplinar foi dar visibilidade pública à identidade e cultura pesqueira de Gamboa. Através de diálogos com a Associação e moradoras/es do local, foram colocadas as seguintes demandas: valorizar o modo de vida pesqueiro, ampliar o apoio na luta da comunidade por sua regulamentação enquanto ZEIS tipo 5 e evidenciar o território como ponto turístico comunitário.

Para tanto, nosso trabalho de assessoria técnica dispôs de aproximação com a comunidade, metodologias participativas, levantamento através de entrevistas, e diálogos e captação de imagens para a identificação do impacto local da cultura pesqueira.

AUTORES: Allyneanhy Gade Nunes Alves Oliveira, Gabriel Santos Santana

TUTORA: Maria Teresa Gomes do Espírito Santo

CO-TUTOR: Daniel Marostegan

COMUNIDADE: Gamboa de Baixo, Salvador, Bahia

500 FAMÍLIAS

ACESSE O TRABALHO COMPLETO AQUI



LEITURA TÉCNICO-COMUNITÁRIA

Gamboa é um território marcado por uma forte segregação socioespacial e infraestrutura precária. Por isso, tem estado ativo na luta pela regularização fundiária em prol da moradia digna e justa e da instalação de boa infraestrutura, conforme a lei nº 9148/2016 relativa ao ordenamento do uso e da ocupação do solo municipal.

Numa resistência histórica a ameaças de expulsão vivem aproximadamente 500 famílias descendentes de negros e indígenas com uma forte tradição pesqueira. O mar de Gamboa é o principal sustento familiar, por meio da venda de peixes, restaurantes e bares, atividades de mergulho e travessias entre praias. A importância da cultura pesqueira tradicional do território é um ponto de apoio na luta pela regulamentação da ZEIS. Nesse sentido, os moradores deixaram sempre evidente em suas falas o orgulho que é pertencer a Gamboa e o impacto que a pesca e o mar têm para a vida de cada um ali. Gamboa é um território rico em história, cultura e tradição.



GAMBOA DE BAIXO



PROCESSO PARTICIPATIVO

Nossa equipe realizou diversas ações no acompanhamento da comunidade para atender a suas demandas. Essas incluíram: a elaboração de um plano de trabalho e cronograma, a pesquisa de trabalhos anteriores, a identificação de possibilidades de atuação a partir das demandas, a documentação de cada atividade e a realização de reuniões internas. Além disso, foi necessário remodelar o trabalho para sua realização no contexto pandêmico com maior flexibilidade, através de uma definição mais afinada dos objetivos das visitas e a unificação de nossas áreas profissionais – Arquitetura e Urbanismo, e Design – em prol das demandas. O desenvolvimento do trabalho apoiou-se em técnicas de coleta e análise dos dados e em constantes diálogos para o compartilhamento dos projetos com a comunidade.

O TRABALHO DA ASSESSORIA TÉCNICA

Considerando as demandas da comunidade, o projeto enfocou majoritariamente a comunicação, buscando fortalecer a identidade pesqueira da comunidade e manter o turismo comunitário sob controle do próprio território, ao desenvolver uma “consciência pesqueira” na população. Para isso, as ações da equipe iniciaram-se com a realização de visitas ao local e interlocuções constantes com os moradores, especialmente os pescadores.



O projeto desenvolvido para Gamboa foi trabalhado de formas variadas, compostas por cards, cartazes, apresentações, comunicação, entrevistas e censo, mapeamento e um livro como produto principal. Todos esses itens foram realizados com o objetivo de fortalecer a luta da comunidade pela regulamentação da ZEIS 5 de Gamboa de Baixo, além de trazer à tona o reconhecimento do sentimento de pertencimento e a apropriação da importante identidade e cultura pesqueira da comunidade. Para o melhor entendimento da

população local sobre a ZEIS, realizamos duas apresentações sobre suas características e importância, e sobre a relevância de sua regulamentação para a localidade.

“A Gamboa só tem sentido se mantiver a cultura da pesca. A cultura vai se perder se o comércio não incluir a pesca como ponto mais importante. Ter uma comunidade reconhecida e sobrevivendo da pesca é o que faz sentido para mim na Gamboa”.

Ana Caminha, líder comunitária

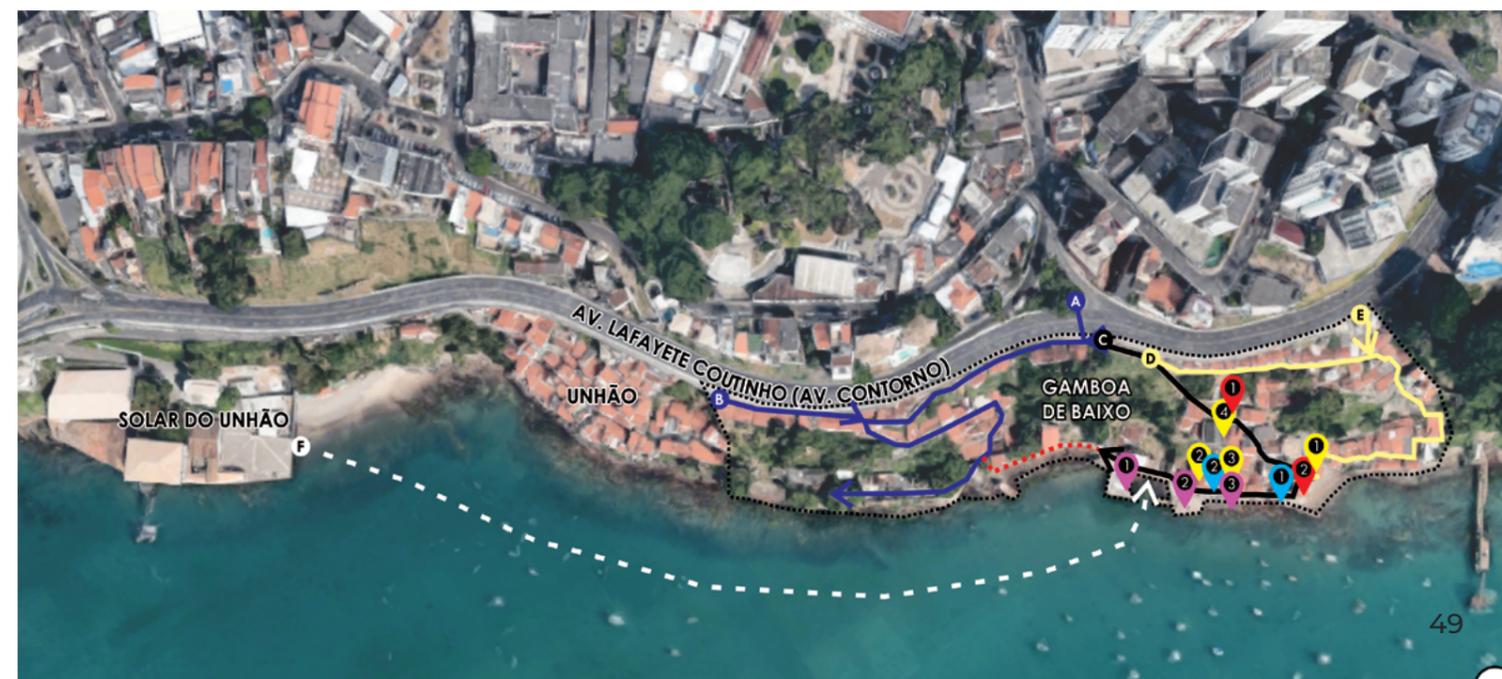
Colamos cartazes diretamente nas fachadas das edificações da comunidade, junto às pinturas realizadas que indicavam que Gamboa é uma ZEIS e um local de pesca forte. Tais pinturas foram parte da campanha “ZEIS Já!” Essa atividade foi muito importante, pois foi realizada em conjunto com alguns moradores que, com seu entusiasmo, atraíram a atenção de outros habitantes. Isso permitiu que a mensagem se propagasse, alcançando o objetivo. Outro projeto desenvolvido foi a proposta de sinalização nas ruas e entradas do bairro.

Estreitamos nossas relações com a comunidade através da realização de entrevistas com diversos pescadores, outros moradores de Gamboa, trabalhadores e donos de bares e restaurantes, além de



peças com outras atividades ligadas diretamente à pesca. As entrevistas tinham como objetivo reforçar nosso entendimento do bairro e sua população e permitiram o levantamento de dados. Funcionaram como uma espécie de censo para a compreensão geral sobre a atividade pesqueira e seu impacto na localidade.

O projeto principal, definido através do produto final, foi o livro “[Gamboa de Baixo: a luta pelo mar, a luta pela Gamboa](#)”, que retrata todas as atividades realizadas. Este documento sintetiza informações sobre a comunidade e serve de auxílio na busca pela regulamentação da ZEIS 5, proporcionando ao poder público e aos próprios moradores um melhor entendimento sobre a força que Gamboa tem por ser uma comunidade quilombola, tradicional e pesqueira. Além disso, o livro é um potencial instrumento de comunicação para a valorização da identidade pelos moradores e para o destaque da atividade pesqueira, incluindo suas variedades, características e desenvolvimento.



A construção do Plano Popular do

CORREDOR DAS TROPAS:

um processo de formação e reflexão de Assessoria Técnica em Arquitetura e Urbanismo

CONTEXTO

A cidade de Pelotas está localizada às margens do Canal São Gonçalo, conexão natural entre a Laguna dos Patos, com abertura para o mar, e a Lagoa Mirim. Tal característica foi favorável à instalação aí de um núcleo charqueador, atividade produtiva de salga de carnes baseada na escravização de povos negros que originou o núcleo urbano. Neste contexto, o Passo dos Negros, também às margens desse canal, se constituía como um entreposto comercial e local de cobrança de impostos, tendo uma função fundamental no tráfico dos povos negros. O Passo dos Negros articulava, a partir do Corredor das Tropas, os caminhos e estradas que interligavam o núcleo charqueador pelotense, que em seu auge contava com cerca de 40 charqueadas. Esta atividade foi marcada pela crescente violência e precarização das condições de vida dos povos negros escravizados.

A Ocupação do Corredor das Tropas localiza-se sobre o caminho histórico em área remanescente de antigas charqueadas, com conflitos cadastrais e fundiários, caracterizada no Plano Diretor Municipal como vazio urbano. Atualmente a ocupação é formada por 17 famílias, com composições diversificadas.

É intrínseco o vínculo dos moradores com essa região do Canal São Gonçalo, tanto pelo tempo de moradia - cerca de 40 anos na ocupação e no entorno - como pelas relações familiares e de trabalho com as comunidades próximas.

Recentemente esta região tem se tornado um local de interesse para empreendimentos imobiliários de alta renda. Em 2012, foi construído o primeiro condomínio fechado nesta área, configurando um muro paralelo ao Corredor das Tropas. Desde então, outros empreendimentos têm sido implementados no local e as ameaças de remoção das ocupações irregulares se tornaram mais recorrentes. Em 2018, teve início um processo de reintegração de posse contra os moradores da Ocupação do Corredor das Tropas, com causa perdida em primeira instância. A Defensoria Pública entrou com pedido de usucapião para as oito famílias moradoras da ocupação na época. O processo segue em andamento.



PROCESSO

Os trabalhos colaborativos desenvolvidos junto às comunidades do Passo dos Negros iniciaram-se em 2014 pelo Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR/UFPel), tendo como base a relação entre moradores e pesquisadores. Como forma de enfrentamento do avanço dos empreendimentos imobiliários, os moradores e o GEEUR elaboraram, em 2018, um dossiê para a patrimonialização do Passo dos Negros. Com o agravamento das ameaças de remoção e a aproximação, em 2021, entre o Projeto de Pesquisa Margens, vinculado ao GEEUR, e a Nucleação UFPel da RAU+E, articularam-se possibilidades de fortalecimento do processo de resistência dos moradores do Corredor das Tropas, ocupação de maior vulnerabilidade nesta região.

Dessa forma, elaboraram-se três frentes de enfrentamento e resistência às ameaças de remoção: a denúncia sobre o processo e a retirada de direitos dos moradores; a visibilidade das comunidades e

AUTORES: Flávia Galbiatti, Luiza Fagundes e Rodolfo Ribeiro

TUTOR: André Carrasco

CO-TUTORAS: Angela Maria Gordilho Souza e Nirce Saffer Medvedovski

COMUNIDADE: Ocupação do Corredor das Tropas, Pelotas, Rio Grande do Sul

17 FAMÍLIAS, 60 PESSOAS

ACESSE O TRABALHO COMPLETO [AQUI](#)





e do território, além do reconhecimento das formas de morar, das relações sociais e das dinâmicas de interação na região e na cidade. A necessidade de “autocadastramento” se deu pelo caráter transitório de parte dos moradores e como forma de contraposição à narrativa do poder público, pautada na invisibilidade dessa comunidade. Realizou-se também o levantamento físico a partir de medições do espaço, com o objetivo de identificar as formas de organização espacial, a separação das moradias e os usos no território.

O PLANO POPULAR

O Plano Popular apresenta o desenvolvimento de três frentes de projeto em diferentes escalas, que funcionam como ferramentas de luta: projeto de urbanização, projeto para novas unidades habitacionais e projeto para a criação de Áreas de Especial Interesse Social (AEIS).

O projeto de urbanização propôs a permanência qualificada dos moradores na área, com o objetivo de atender suas demandas por infraestrutura urbana, conexão com o entorno, valorização do patrimônio do Passo dos Negros, qualificação das áreas livres de lazer e recuperação ambiental. Para as novas unidades habitacionais, consideraram-se as distintas formas de habitar presentes na comunidade buscando articular soluções espaciais, construtivas e formais. A proposta teve como premissa a melhoria das moradias sem a remoção das casas existentes, tendo sido, portanto, pensada em etapas.

O projeto na escala do bairro propôs a criação de duas AEIS na área do Passo dos Negros, contemplando o Corredor das Tropas e as comunidades do entorno.



Assim, o Plano Popular propõe combinar a permanência dos moradores com a manutenção do patrimônio histórico e a recuperação do ambiente natural, estabelecendo-se como uma ferramenta de discussão sobre o futuro desta região. Está em andamento o processo de articulação de formas de divulgar as propostas elaboradas e de negociação para a permanência dos moradores.



do patrimônio histórico ameaçado; e o desenvolvimento de um contraprojeto, a partir dos termos dos próprios moradores. Assim, a partir da articulação entre os moradores, a Nucleação UFPel da RAU+E e o GEEUR, elaborou-se o “Plano Popular do Corredor das Tropas: uma contraproposta para a disputa da produção do espaço habitado no Passo dos Negros, Pelotas/RS”, como ferramenta de luta pela permanência dos moradores.

O Plano Popular se estabeleceu enquanto ferramenta de planejamento e projeto urbano que propõe e articula intervenções em diferentes escalas, objetivando qualificar a permanência dos moradores no local que residem. As propostas estão baseadas no direito à cidade e à moradia digna, no respeito ao meio ambiente e no reconhecimento cultural do local. O Plano Popular opõe-se ao modelo de urbanização pautado na naturalização da precariedade.

O processo teve início a partir de um levantamento socioespacial, buscando a identificação dos moradores



(Tecendo possibilidades) Assistência Técnica
para Habitação de Interesse Social - de Santa Luzia

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR

CONTEXTO

O Centro Histórico de Salvador (CHS) é um dos bairros do centro antigo da cidade. Com 6,45 km², corresponde à área de proteção rigorosa registrada pela Prefeitura Municipal de Salvador através da Lei nº 3.286/1983. O CHS tem um importante valor histórico, cultural e patrimonial, sendo o pano de fundo de disputas ligadas ao capital imobiliário e turístico da cidade. Tais disputas são também tensionadas por movimentos de resistência comunitária e pequenos comerciantes que sobrevivem às ações do Estado, muitas das quais gerando a gentrificação deste território, historicamente ligado à resistência negra.

No CHS, o processo de assistência técnica é extremamente complexo, por atuarmos junto a um território já consolidado no qual a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico de Salvador (AMACH) vem lutando há anos pelo direito à permanência dos moradores. Através de novos conceitos, buscamos aplicar novas propostas de assistência técnica, aliando, por exemplo, a infraestrutura urbana aos caminhos para a sustentabilidade e à infraestrutura verde. A ideia é conservar e desenvolver com o intuito de reverter o processo de degradação do tecido edificado. Uma intervenção urbana no CHS pressupõe o acompaña-

AUTORES: Kaíc Fernando Ferreira Lopes e
Ramone Laíse Araujo Brandão

TUTOR: Fábio Velame

COLABORADOR: Cícero Melo

COMUNIDADE: Centro Histórico de Salvador,
Salvador, Bahia

**ACESSE O TRABALHO
COMPLETO AQUI**



mento das lógicas e dos processos sociais que lhe dão forma para viabilizar a criação de mecanismos de dinamização integras.

Para tanto, é preciso antes entender o contexto do CHS e como se deu o programa para sua recuperação, depois de ter estado décadas em estado de abandono. A partir de 1992, houve uma reorientação na política de recuperação do CHS desenvolvida pelo Governo do Estado, então conduzido por Antônio Carlos Magalhães. Resolveu-se intervir pesadamente na área, inspirando-se em experiências internacionais. Tendo como base o Termo de Referência do Plano de Ação Integrada do Centro Histórico da Cidade de Salvador, elaborado em 1991 pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, chegou-se ao Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador.

APROXIMAÇÃO AO TERRITÓRIO

O processo de assistência técnica no CHS começou com um diagnóstico territorial realizado com o apoio da AMACH. Nossa incursão teve início na poligonal da 7ª Etapa de Requalificação do CHS, e foi

acompanhada por Cícero Melo, então dirigente da associação. Ressaltando a importância do processo de escuta, os encontros pautaram-se em diálogos com as pessoas da comunidade encontradas durante nossas caminhadas no território, apesar do contexto pandêmico. Estas nos apresentaram suas insatisfações, que iam desde a infraestrutura das calçadas à regularização da posse dos imóveis.

O primeiro contato de aproximação foi uma reunião geral promovida pela AMACH e pela FAUFBA, colaborando para o fortalecimento do vínculo com a comunidade. A AMACH trouxe como destaque três questões emergentes: A primeira é a insegurança relacionada à posse, uma vez que os títulos de concessão de direito real de uso estão próximos de vencer e não há movimentação de órgãos governamentais para sua renovação. A segunda é a permanência do processo de precarização, seja pela má qualidade da construção de muitas das unidades do Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS), seja pelas dificuldades das próprias moradoras na manutenção dos imóveis, agravadas pela ins-



tabilidade das condições econômicas de trabalho e renda durante a pandemia. A terceira é sobre moradoras que foram acolhidas em unidades do PHIS, originalmente destinadas a mais de 100 famílias contempladas no Termo de Acordo e Compromisso de 2005, provenientes da Rocinha, da Chácara Santo Antônio, remoções relativas a situações de risco.

Assim, foi necessário pensar em possibilidades e articulações para atender a essas demandas da comunidade. A AMACH objetiva o fortalecimento da articulação entre os moradores e demais grupos como um caminho para o reconhecimento das posses e ocupações. Com base nessa leitura e nos pressupostos teóricos que nos auxiliaram em campo, elaboramos um esquema para um planejamento com abordagens mais sistêmicas.

SOBRE AS ETAPAS DO TRABALHO

O trabalho foi estruturado nas etapas de diagnóstico, aprofundamento e proposições. Propusemos um plano de mobilização, para promover a participação social nas atividades propostas e no desenvolvimento destas. Além de reuniões e visitas para levantamento das demandas, realizamos um estudo de necessidades do CHS, um mapeamento das movimentações dos estudantes e das disponibilidades de tutores, e questionários socio-



econômicos e habitacionais. Por conta do distanciamento social imposto pela pandemia da COVID-19, optamos por usar ferramentas digitais, ainda que tenhamos encontrado muitos desafios para atender aos anseios de todos os grupos envolvidos neste processo.

Como produto final do trabalho, apresentamos um estudo de potencial construtivo, elaborado a partir de uma quadra da poligonal da 7ª Etapa de Requalificação do CHS. A área estudada é considerada como ZEIS tipo 2, o que demanda parâmetros e índices específicos, como apontados nas diretrizes e nos regulamentos do Plano Diretor de Salvador. Um desses parâmetros é o potencial construtivo, identificando a capacidade máxima permitida pela legislação para construir nesses terrenos.

Nossa equipe encontrou dois possíveis terrenos para a implantação de projetos para o desenvolvimento da comunidade. Um destes terrenos, mencionados durante as incursões de assistência

técnica, está localizado na poligonal da 7ª Etapa do CHS. Este terreno, com 2.182,52 m², tem índice de ocupação máxima de 0,50 e índice de permeabilidade mínima de 0,1, seguindo os parâmetros da lei de ocupação e uso do solo (LOUOS). Se considerarmos a utilização integral do coeficiente de aproveitamento máximo, que é 3,0, chega-se a um potencial construtivo de 6.547,581 m² de área computável para construir. Desta forma, evidencia-se a possibilidade da assistência técnica fomentar a criação de projetos na comunidade que tragam novas propostas de moradia e área de convivência.

Por meio deste estudo, analisamos métodos e instrumentos para identificar uma ferramenta que poderá contribuir futuramente para o CHS. Chegamos a conclusão que entender o potencial construtivo do CHS poderá fomentar novas possibilidades de cooperação e troca de experiências, sendo a assistência técnica um apoio à luta pela moradia e permanência nesse território fortemente marcado por vulnerabilidades sociais.



TAQUES

SE

DE

- EVENTOS
- PRÊMIOS
- RELATOS
- DESDOBRAMENTOS





“Quando soubemos do intuito de construir um local de convívio e de lazer para o desenvolvimento saudável de crianças em uma comunidade urbana e carente, nós nos propusemos a participar. Acho que esse processo foi muito rico, uma vez que neste primeiro momento nós cuidamos da escuta e do diálogo de saberes e fazeres dos atores que estavam no local, para saber como que esse local podia ser revitalizado e virar de fato uma pracinha, se tornando um lugar de convívio.”

Josiene Carvalho, sócia-fundadora da Associação Ciranda Criativa, Aracaju-SE

“Um dos pontos centrais do trabalho [na Ilha das Cobras] é a construção da resiliência, em um processo atravessado pela pandemia. As expectativas iniciais de engajamento não foram alcançadas; as dificuldades de sensibilizar e mobilizar, e as saídas que os profissionais encontraram para envolver o público são de grande aprendizado. Acredito que o trabalho culminou em uma estratégia territorial local, uma ferramenta para a comunidade, que pode potencializar outros projetos e investimentos, além de engajamento, conexões e arranjos interinstitucionais.”

Elisamara Emiliano, professora

“Foi muito importante participar de mais esta ação da RAU+E junto ao território quilombola Quingoma. Comunidade sofrida, travando um embate difícil pela garantia e preservação de seu território, violentamente cobiçado pelos interesses imobiliários. O fortalecimento da organização, a afirmação identitária, a coesão comunitária são grandes desafios face às agressões cotidianas. Também é fundamental apontar e reforçar as denúncias de violência e racismo institucional, expressos, inclusive, no não reconhecimento da autoafirmação quilombola e de seus direitos, legalmente garantidos. Dar visibilidade à situação, reunir apoios junto a diversos agentes, produzir instrumentos de informação, divulgação e mobilização comunitária foram as formas de apoio adotadas na assistência técnica.

Já o trabalho na Gamboa de Baixo deu continuidade à relação entre a RAU+E e a comunidade, com novas contribuições, ante a luta cotidiana pela sobrevivência das famílias, defesa do território e direito à cidade, que, na Gamboa significa preservar o modo de vida tradicional peixeiro. Fortalecer e valorizar essas práticas vai além de apoiar as possibilidades econômicas e a cultura tradicional. Significa ainda reforçar a autoestima, a união e a organização, fundamentais na luta pela garantia de permanência sem riscos ou ameaças, fortalecendo o instrumento institucional das ZEIS, assim como responsabilizar o poder público pela melhoria das condições de vida, com respeito à integridade e segurança da comunidade, sem violência.”

Maria Teresa Gomes do Espírito Santo, professora

“No desenvolvimento das atividades com os moradores da Ocupação Guerreira Dandara, a roda sempre foi nosso ponto de partida. Fizemos rodas de diálogos para conversar sobre as atividades que estávamos pensando em propor para desenvolvermos juntos, fizemos rodas ao executar essas atividades e fizemos rodas para nos confraternizar e nos conhecer melhor. Além disso, fomos convidados para participar de rodas promovidas pelos moradores: rodas de capoeira, rodas de samba e mais rodas de conversa. Esses encontros foram fundamentais para o desenvolvimento da nossa relação com os moradores, a qual foi potencializada a cada nova roda.”

Carmélia Clough, Juliana Hermsdorf, Keylane Dias e Victor Ferreira, residentes da 4ª edição

“Todas as ações e experiências através do Mobiliza RAU+E para o enfrentamento da pandemia foram intensas, tensas e motivadas pelo sentimento de agir em prol da vida e por algo que acreditamos ser o papel das universidades públicas. Foi exaustivo, porém muito compensador diante do retorno das comunidades e da multiplicação destas ações através de muitas e muitas parcerias. Só tenho a agradecer a todos que fizeram parte deste processo.”

Akemi Tahara, professora

“Eu acredito que os moradores se engajariam muito mais nas ações sociais se estivessem de barriga cheia.”

Juliane Santos, moradora do Conjunto Monteiro Sobral, ranjeiras-SE

“Apesar de entendermos que a mudança efetiva só virá por meio da organização e do fortalecimento do poder popular, acreditamos ser importante a nossa participação no Plano Popular Urbanístico e Ambiental como uma possibilidade de acessar recursos públicos para a construção das moradias da Ocupação. Portanto, participamos do processo sem criar ilusões, pois sabemos que as nossas conquistas se dão por meio da luta popular.”

Ocupação Carlos Marighella (relato coletivo)

“Os moradores da Ocupação Manoel Faustino receberam muito bem o ponto de higiene. Eles ajudaram bastante com a instalação e isso contribuiu de forma muito significativa para que o processo fosse bem tranquilo e ágil. Com o ponto instalado, muitos quiseram inaugurá-lo lavando as mãos. Ver esse movimento acontecer nos dá uma boa prévia de como o ponto será utilizado e cuidado no dia a dia da comunidade.”

Keylane Dias, residente da 4ª edição

“Quero agradecer aí a galera da UFBA, que veio somar aqui com a comunidade, né? Nesse momento tão importante que a comunidade necessita mesmo dessa atenção. Essa COVID-19 veio nos ensinar a reaprender muitas ações, muitas formas de agir diferente. Agora mesmo essa inovação que a UFBA trouxe pra gente, com pedal, imagine né? Não precisa nem tocar no material. Porque na verdade nós vamos ter que nos reinventar. Reinventar o toque, reinventar a autoestima, reinventar a convivência comunitária...”

Raquel de Jardim, moradora de Cajazeiras, Salvador-BA

DESDOBRAMENTOS

Desde a criação da RAU+E, suas repercussões costumam ir muito além do período letivo e da formação profissional dos residentes. A 4ª edição teve importantes desdobramentos, dos quais se destacam dois projetos de extensão. O projeto “Atividades extensionistas remotas em ATHIS junto a comunidades de Salvador, no âmbito da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia” viabilizou a documentação e aprimoramento de metodologias extensionistas não-presenciais em apoio às atividades de aproximação às comunidades. Já o projeto “Difusão das ações de extensão na pós-graduação: publicações da 4ª edição da Residência em Arquitetura” viabilizou a realização desta revista.

Ações como a renovação do website www.residencia-ae.ufba.br, a criação do [primeiro vídeo institucional da RAU+E](#) e a utilização mais intensa das mídias sociais foram bem relevantes para a comunicação entre os grupos envolvidos nessa edição. No website, foi ampliado o espaço dedicado às comunidades e aos trabalhos desenvolvidos, bem como ao acesso a publicações, artigos, editais, cartilhas, fotos e vídeos.

Inúmeras participações em palestras e eventos online geraram um acervo em vídeo para

a difusão do conhecimento, disponibilizado integralmente no canal do YouTube @ [ResidenciaAUEUFBA](#).



A RAU+E colaborou ainda em campanhas como a “ZEIS Já!”, com o objetivo de fomentar o debate político pelo direito à moradia e à cidade, com foco nas ZEIS de Salvador. Junto com outras instituições afins, a RAU+E também colaborou com a Defensoria Pública do Estado da Bahia na elaboração da cartilha “Assistência Técnica e Direito à Cidade em instituições de ensino superior”.

Interfaces extensionistas entre a RAU+E e o projeto BrCidades (Nacional e núcleo

Salvador) foram iniciadas com a Mesa Redonda “Por uma Agenda Urbana e Popular: moradia digna e direito à cidade” no Congresso 75 Anos UFBA, com a participação de residentes, professores, comunidades e articuladores do BrCidades. Assim, a RAU+E abriu caminhos junto a esta ampla rede de ação coletiva convergente em torno de uma agenda urbana construída a muitas mãos da sociedade civil, de Salvador a todo o território nacional.



Na continuidade do curso, em meados de 2022 ocorreu a transição da 4ª para a 5ª edição (2023-2024), com início de novo colegiado e coordenação, que conduzirão o curso nos próximos dois anos. Em dezembro de 2022, foram realizados credenciamento e recredenciamento de docentes para a nova edição, com previsão do processo seletivo de estudantes a ser feita no primeiro semestre de 2023.

Assistência técnica e direito à cidade em instituições de ensino superior



ARTICULAÇÕES

UNIVERSIDADES

Assessoria Jurídica SAJU/DIR/UFBA
Empresa Júnior PROJECTA (FAUFBA)
Escola Politécnica da UFBA
Escritório Modelo CURIAR (FAUFBA)
Escritório Público BAKÓ da POLI-UFBA
GeoCombate Covid-19 BA (UFBA)
Grupo inter.Agir SSA (FAUFBA)
Grupos de pesquisa: LabHabitar, LACAM-Tec, Etnicidades, Lugar Comum (PPGAU/UFBA)
Liga Acadêmica Interdisciplinar em Práticas Socioecológicas (LAIPS/FAUFBA)
Nucleações RAU+E/UFBA: UFPB, UnB, UFPel, UFC, UFRN, UFS
Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA)
Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT/UFBA)

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA)

Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA)
Escritório Público da SEINFRA
Grupo Gestor da APA Ipitanga
Ministério Público da Bahia (MP-BA)
Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia (SJDHDS)

SOCIEDADE CIVIL

Acervo da Laje
Articulação do Centro Antigo
Artífices da Ladeira da Conceição da Praia
Associação Amigos de Gegê dos Moradores da Gamboa de Baixo
Associação Cultural e Esportiva da Comunidade de Canabrava (ACECC)
Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão (ACOPAMEC)
Associação de Moradores da Rua Voluntária da Pátria e Santa Luzia
Associação de Moradores do Alto da Sereia

Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH)
Associação dos Moradores da Comunidade Solar do Unhão
BrCIDADES
Centro Cultural Que Ladeira é Essa
Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)
Coletivo Mulheres pela Educação
Comitê Comunitário Virtual da COVID-19 nos Bairros Populares de Salvador
Fundo Socioambiental Casa
Habitat para a Humanidade Brasil
Mulheres da Ginga
Projeto Educar é Ensinar a Viver

ASSESSORIAS TÉCNICAS

Coletivo Escalar
Coletivo Trama
Dendê Arquitetura
Teia Casa de Criação

INSTITUIÇÕES PROFISSIONAIS

ANPARQ
Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU)
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA)
Federação Nacional Arquitetos e Urbanistas (FNA)
Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/BA)
Sindicato de Arquitetos e Urbanistas (SINARQ)

MOVIMENTOS SOCIAIS

Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU)
Frente de Luta por Moradia (FLM)
Movimento Sem-Teto da Bahia (MSTB)
Ocupação Guerreira Maria Felipa
União Nacional por Moradia Popular (UNMP)
Coletivo Mulheres pela Educação
Conselho União Independente do Alto do Retiro
Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)

🌐 www.residencia-aue.ufba.br
✉ residencia-aue@ufba.br
@ [@residencia_aue](https://www.instagram.com/residencia_aue)
f Residência AU+E UFBA
▶ Canal Residência AUE UFBA

